



TESOURO NACIONAL

REVISTA
CADERNOS DE
FINANÇAS PÚBLICAS
02 | 2022

Apoio:



Mulheres na política: efeitos de se eleger prefeitas nas finanças públicas dos municípios brasileiros

Danny Castro Soares

Universidade Católica de Brasília

Resumo

Este artigo investiga qual o efeito sobre as finanças públicas municipais brasileiras da eleição de mulheres para o cargo de chefe do Poder Executivo local. Ao realizar um Desenho de Regressão Descontínua (RDD) os resultados indicaram que não há efeito de mulheres eleitas no equilíbrio fiscal municipal. Entretanto, os achados apontam nos gastos com pessoal e gastos sociais. Como mecanismo, o artigo identifica que há uma maior contratação de profissionais da educação e da saúde em decorrência da eleição de prefeitas. Estes resultados foram robustos a outras especificações e testes placebo. O artigo traz colaborações para a literatura fiscal, em especial a brasileira, além de incrementar as pesquisas que estudam diferenças de gênero e seus diversos efeitos no ambiente social.

Palavras chaves: Eleições. Mulheres. RDD. Finanças Públicas. Gastos Sociais.

JEL: D72. J16. H50.

SUMÁRIO

1.1	Introdução.....	4
1.2	Revisão Teórica	6
1.2.1	Participação de mulheres na política	6
1.2.2	Mulheres na política e efeitos nas finanças públicas.....	7
1.2.3	Eleições brasileiras	9
1.2.4	Finanças Públicas Municipais.....	9
1.3	Metodologia	11
1.3.1	Descrição geral do modelo e definição da running variable	11
1.3.2	Descrição das variáveis financeiras.....	14
1.3.3	Especificação do modelo econométrico	15
1.4	Resultados e discussão	17
1.4.1	Resultado Fiscal	17
1.4.2	Composição de Receitas do Orçamento	20
1.4.3	Composição de Despesas Orçamentárias.....	23
1.4.3.1	Análise nas categorias econômicas da despesa.....	23
1.4.3.2	Análise nas funções orçamentárias	25
1.4.3.3	Mecanismos.....	31
1.4.3.4	Testes de Robustez e Placebo	33
1.5	Conclusão.....	40
1.6	Referências Bibliográficas	41

1.1 Introdução

Nos últimos anos houve o aumento da participação de mulheres no setor político (Baskaran e Hessami, 2018). Em grande parte, a literatura aponta que essa presença é uma força positiva para o sistema com melhoria em indicadores de saúde (Chattopadhyay e Duflo, 2004; Beaman et al., 2012; Clots-Figueras, 2011, 2012; Brollo e Troiano, 2016), de educação (Beaman et al., 2012) e de desempenho econômico (Baskaran e Hessami, 2018). Entretanto, não há consenso ao avaliar o efeito da eleição de mulheres nas finanças públicas (Baskaran e Hessami, 2019). Pesquisas na Índia apontaram um aumento nos gastos em educação e saúde em decorrência da eleição de mulheres (Chattopadhyay e Duflo, 2004; Clots-Figueras, 2011) ao passo em que estudos recentes relatam que a eleição de mulheres nos Estados Unidos (Ferreira e Gyourko, 2014), na Espanha (Bagues e Campa, 2021), na Itália (Baltrunaite et al., 2019; Casarico, Lattanzio e Profeta, 2021) e na Noruega (Geys e Sørensen, 2019) não afetam significativamente a composição dos gastos públicos. No caso brasileiro, Rocha, Fernandez Orellano e Bugarin (2018) não conseguiram analisar as diferenças de gênero em indicadores fiscais.

Dada esta lacuna na literatura, trago nova evidência para esse debate investigando se mulheres tomam decisões diferentes sobre o nível e composição dos gastos e receitas públicas locais, além de estudar por meio de quais mecanismos este fenômeno ocorre. Para isso, utilizo um Regression Discontinuity Design (RDD) com dados de 4 mandatos eleitorais brasileiros entre 2004 e 2019 para estimar o efeito de se eleger uma prefeita, semelhante a outras pesquisas que exploraram os resultados de mulheres em políticas públicas (Brollo e Troiano, 2016; Ferreira e Gyourko, 2014; Bhalotra e Clots-Figueras, 2014; Bhalotra, Clots-Figueras e Iyer, 2018).

Ao analisar a descontinuidade em variáveis de resultado fiscal não encontrei efeitos estatisticamente significantes no tamanho total das receitas e despesas nos municípios brasileiros. Esse resultado se mantém em diversas especificações. Brollo e Troiano (2016) já haviam apontado a alta dependência dos municípios brasileiros de transferências federais obrigatórias e impossibilidade de um prefeito elevar, de forma considerável, os impostos e tamanho do governo local.

Por outro lado, ao analisar a composição dos gastos, os resultados são diferentes. Há um aumento no share de gastos sociais em, aproximadamente, 3 p.p, decorrente da eleição de mulheres para o cargo de chefe do Poder Executivo local. Defino gastos sociais como o agregado das despesas em educação, saúde, cultura e assistência social (Gouvêa e Girardi, 2021). Este resultado difere de estudos recentes em países desenvolvidos que não encontraram diferenças de gênero nas políticas fiscais (Geys e Sørensen, 2019; Casarico, Lattanzio e Profeta, 2021; Bagues e Campa, 2021). Baskaran e Hessami (2019) demonstram que o efeito das mulheres nas finanças públicas pode ser subestimado em países desenvolvidos porque estes já alocam grandes parcelas de seu orçamento na área social.

Ao analisar a categoria econômica dos gastos, os indicadores apontam que prefeitas realizam mais gastos com pessoal - com uma alocação média de 2% a mais no share do orçamento. Há di-

minuição, na mesma proporção, nas Outras Despesas Correntes e não há efeitos em investimentos públicos. Nesse sentido, infere-se que ocorre apenas uma realocação dentro de Despesas de Custeio sem impacto nos investimentos governamentais. Ainda, não houve efeito no indicador de despesas de pessoal em razão da receita corrente líquida o que permite inferir que não há, de imediato, um maior endividamento por causa desse aumento nos gastos.

Os resultados apontaram que a eleição de mulheres aumenta os gastos sociais e o share das despesas com pessoal no município. Para identificar os mecanismos que explicam esse fenômeno, analiso dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e observo que há uma maior contratação de profissionais da educação e da saúde no setor público municipal e um maior salário médio destes profissionais. Este resultado é semelhante às pesquisas que exploraram o efeito de mulheres na política em países em desenvolvimento (Chattopadhyay e Duflo, 2004; Clots-Figueras, 2011, 2012; Beaman et al., 2012; Baskaran e Hessami, 2019).

Detraz e Peksen (2018) apontam que compromisso fiscal do governo com as políticas sociais está positivamente relacionado à participação feminina na força de trabalho total e na política nacional. Portanto, a descontinuidade entre prefeitas pode ser ocasionada em municípios que já realizavam mais despesas sociais antes do mandato delas. Nesse sentido, sigo a especificação de Gouvêa e Girardi (2021), analisando as despesas em cada ano do mandato, e observo, também, se os gastos sociais do mandato anterior explicam a descontinuidade presente. Em ambos, rejeita-se a hipótese de que os gastos sociais passados influenciaram na descontinuidade observada.

Em termos das contribuições deste trabalho, o resultado principal do artigo vai em sentido oposto à pesquisas recentes que abordaram esta questão em países desenvolvidos (Geys e Sørensen, 2019; Casarico, Lattanzio e Profeta, 2021; Bagues e Campa, 2021) além de trazer um conjunto mais amplo de resultados e com um período de tempo mais recente (2004-2019), quando a presença feminina nos governos locais se tornou mais difundida. Amplia, também, os resultados encontrados para países em desenvolvimento (Chattopadhyay e Duflo, 2004; Clots-Figueras, 2011; Bhalotra e Clots-Figueras, 2014; Baskaran e Hessami, 2018). Além disso, captura mecanismos identificando que o aumento dos gastos sociais ocorre em decorrência da contratação de profissionais de saúde e educação, além do aumento dos seus salários. Do ponto de vista metodológico, a análise por meio do RDD permite controlar rigorosamente as diferentes dimensões de heterogeneidade.

O artigo inicia-se com esta introdução e, logo após, a Seção 1.2 apresenta o referencial institucional e teórico utilizado. Em seguida, a Seção 1.3 expõe os dados e a metodologia empírica empregada. A apresentação dos resultados ocorre na Seção 1.4 segmentando os achados principais e instrumentos de robustez. Por fim, a Seção 1.5 traz as considerações finais, limitações e sugestões de estudos posteriores.

1.2 Revisão Teórica

1.2.1 Participação de mulheres na política

A participação de mulheres na política ainda é baixa (Baskaran e Hessami, 2019). O Global Gender Gap Index analisa a evolução das lacunas baseadas em gênero em quatro dimensões (participação econômica e oportunidade; desempenho educacional; saúde e sobrevivência; e empoderamento político) e rastreia o progresso em direção ao fechamento deste gap ao longo do tempo. O relatório de 2021 aponta que, no ritmo atual, a igualdade no empoderamento político entre homens e mulheres somente seria alcançada em 145 anos. No contexto nacional, o Brasil ocupa - em 2021 - a posição 108 no ranking de empoderamento político das mulheres.

Não obstante a baixa participação feminina na política, ela vem crescendo nas últimas décadas. Com o avanço da participação de mulheres em cargos políticos aumentaram os estudos que avaliam esse impacto. A promoção da participação feminina na política se justifica com fundamentos de equidade (Stevens, 2007), uma vez que as mulheres representam 50% da população votante em geral. A participação delas na política também pode gerar incentivos para que outras mulheres queiram seguir a carreira política (Gilardi, 2015).

Inicialmente, mulheres começaram a ter mais interesse em concorrer a cargos políticos (Fox e Lawless, 2004). Além disso, países e partidos políticos desenvolveram sistemas de cotas de gênero como incentivo à participação feminina na política (Kunovich e Paxton, 2005; Júlio e Tavares, 2017). Colaboram com isso a diminuição do preconceito (SchwindtBayer, 2010) e as políticas de empoderamento feminino (Baltrunaite et al., 2019). A exposição à representação feminina pode ter um efeito poderoso sobre como os eleitores percebem as mulheres (Hessami e da Fonseca, 2020), já que têm a oportunidade de desmascarar os preconceitos arraigados e provar seu valor (Beaman et al., 2012). Por sua vez, o efeito nem sempre é claro na literatura. Bagues e Campa (2021) apontam que, após três rodadas de eleições locais sob uma cota nas listas de candidatos na Espanha, as mulheres ainda não alcançam cargos influentes, como, por exemplo, líder de partido ou prefeito.

Os resultados de bem-estar de uma liderança feminina também são explorados na literatura. Estudos quasi-experimentais começaram a explorar o cenário indiano em razão da política, instituída em 1993, de cotas para mulheres em cargos políticos. Devido à aleatoriedade do mecanismo de atribuição, os pesquisadores puderam atribuir diferenças nos resultados das políticas à presença de uma líder feminina da aldeia. Com isso, as aldeias designadas a uma líder feminina forneceram mais bens públicos (Beaman et al., 2012), que refletem melhor as preferências de mulheres e cuja qualidade é pelo menos tão alta quanto em aldeias não reservadas (Chattopadhyay e Duflo, 2004). Como consequência, observou-se que as crianças se saem melhor nas dimensões da saúde, as meninas gastam menos tempo nas tarefas domésticas e a diferença no nível de escolaridade diminuem significativamente nas

aldeias com uma líder feminina do que naquelas com um homem líder (Beaman et al., 2012).

No mesmo sentido, Baskaran e Hessami (2019), indicam que uma maior proporção de vereadoras afeta a expansão do número de vagas públicas em creches. Ao observar instituições, Dollar, Fisman e Gatti (2001); Swamy et al. (2001) encontraram uma relação negativa entre representação feminina e diferentes medidas de corrupção, contando com dados de pesquisa de grandes amostras de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Beaman et al. (2012) mostram que os residentes em aldeias com conselhos reservados para mulheres na Índia são menos propensos a pagar subornos. Kumar e Sarangi (2018) apontam que a presença de mulheres no parlamento tem efeito causal e negativo sobre a corrupção.

Algumas pesquisas recentes ressaltam a divergência na literatura do efeito de mulheres ocupando cargos políticos. Aldrich e Lotito (2020) apontam que os países liderados por mulheres tiveram mortalidade COVID-19 semelhante a aqueles liderados por homens. Em contraste, Garikipati e Kambhampati (2021) mostram que os países liderados por mulheres tiveram melhores resultados que os liderados por homens e atribui essas diferenças à adoção antecipada de equipamentos de proteção individual por líderes femininas. Já Sargent e Stajkovic (2020) mostram que os estados liderados por mulheres tiveram menos mortes por COVID-19.

No Brasil, Brollo e Troiano (2016) executam estimativas de RDD usando dados de eleições para prefeito e encontram um impacto negativo da representação feminina na corrupção, medido objetivamente por auditorias aleatórias das administrações locais. Além disso, o mesmo estudo aponta que mulheres possuem maior habilidade para captar recursos mediante convênio e entregam melhores resultados na diminuição da mortalidade infantil. Bruce et al. (2022) analisam o efeito de prefeitas na gestão da pandemia COVID-19 e fornecem evidências de que os municípios sob liderança feminina tiveram menos mortes e hospitalizações por 100 mil habitantes e aplicaram mais intervenções não farmacêuticas (por exemplo, uso de máscara e proibição de reuniões).

1.2.2 Mulheres na política e efeitos nas finanças públicas

As finanças públicas constituem um dos principais mecanismos para implementação das políticas. Nesse sentido, espera-se que as características da política implementada se reflitam na composição e estrutura do orçamento governamental. Nesse sentido, as pesquisas exploram a composição das finanças públicas, sejam em modelos teóricos (Alesina e Tabellini, 1987; Persson, Roland e Tabellini, 2000) sejam em pesquisas empíricas que as relacionam com fatores como imigração (Preston, 2014) e partidos políticos (Ferreira e Gyourko, 2014; Gouvêa e Girardi, 2021).

Sobre a participação de mulheres nas finanças públicas, há divergências dos efeitos na literatura. Bagues e Campa (2021) utilizam estimativas de RDD para avaliar o impacto da introdução de uma cota de gênero nas listas de candidatos na Espanha e não encontram nenhum impacto do aumento da

representação feminina na composição ou no tamanho dos gastos públicos. Geys e Sørensen (2019) exploram cotas de gênero em listas de candidatos para o conselho executivo local na Noruega e relatam que isso não afeta os padrões de gastos locais. Na mesma linha, Ferreira e Gyourko (2014) também apontam que o gênero não importa para as decisões políticas sobre o tamanho e a composição dos gastos municipais. Baltrunaite et al. (2019) relatam que um aumento de 18 pontos percentuais na proporção de vereadoras locais - devido a uma reforma do sistema eleitoral na Itália - não afetou a estrutura da despesa pública.

Casarico, Lattanzio e Profeta (2021) utilizam RDD para analisar a eleição de prefeitos em municípios italianos no período de 2000-2015 e não encontram diferenças significativas nas políticas implementadas por prefeitos e prefeitas. Todavia, ao explorar a heterogeneidades dos gastos encontram evidências de que as prefeitas dedicam uma parcela maior dos gastos ao meio ambiente quando há mais mulheres no conselho municipal, ao passo que reduzem a quantidade de recursos destinados aos gastos sociais no segundo turno em relação ao sistema de rodada única.

No entanto, alguns estudos recentes sugerem que o efeito das mulheres políticas pode ser subestimado (Hessami e da Fonseca, 2020). Baskaran e Hessami (2019), fornecem evidências para um efeito significativo da representação política feminina nas escolhas políticas. Os autores exploram um sistema eleitoral de lista aberta na Baviera. Uma vitória feminina na eleição acelerou a expansão da provisão de creches públicas em 40–50%. Usando informações detalhadas de reuniões do conselho, os autores também mostram que uma mulher adicional no conselho leva a discussões mais frequentes sobre cuidados infantis e induz todas as mulheres conselheiras a discutirem mais o orçamento público. Chattopadhyay e Duflo (2004) descobriram que as líderes femininas na Índia alocam mais recursos para investimentos que sejam mais relevantes para o seu próprio gênero.

Lippmann (2020), por sua vez, aproveita a variação quase aleatória na entrada de mulheres no Poder Legislativo por meio de eleições afirmativas e eleições fechadas de gênero misto para analisar as emendas apresentadas pelos legisladores e encontra que é muito mais provável que as legisladoras sejam autoras de emendas sobre questões femininas ou infantis e de saúde que os legisladores do sexo masculino. A descoberta reitera a importância de examinar mais de perto as ações dos detentores de cargos individuais na investigação de seu (potencial) impacto na política. Funk e Gathmann (2014) mostram que na Suíça mulheres referendadas apoiam a alocação de recursos para a saúde, proteção ambiental, defesa e bem-estar.

Ao analisar eleições brasileiras, Brollo e Troiano (2016) apontam que prefeitas mulheres são mais capazes de conseguir recursos orçamentários oriundos de convênios transferências não obrigatórias - e indica uma melhor habilidade de mulheres em conseguir recursos extras para alocar em outros gastos orçamentários.

1.2.3 Eleições brasileiras

O Brasil é um país federativo continental. Sua estrutura federativa é composta por três níveis federativos: (i) União (Governo Federal), (ii) 26 Estados, 1 Distrito Federal e (iii) 5570 municípios. A Constituição brasileira foi outorgada em 1988 e garante aos municípios brasileiros o status de entes federativos autônomos. Com isso, eles não são subordinados aos estados e à União, possuem eleições locais para o Poder Legislativo e Chefe do Poder Executivo, possuem jurisdição tributária e transferências financeiras asseguradas pela legislação.

Cada município tem um único prefeito e uma legislatura municipal, que são eleitos a cada quatro anos. As eleições municipais são reguladas pela legislação federal e todos os municípios têm as mesmas datas de eleição e posse. Os municípios, também, não são divididos em distritos, de modo que as eleições são livres.

A legislação da eleição para os municípios brasileiros prevê que, em municípios com mais de 200 mil eleitores, deve ser realizado segundo turno caso nenhum candidato atinja maioria absoluta na contagem dos votos. Nesse caso, a disputa se dá entre os dois candidatos mais votados no primeiro turno. Além disso, a Constituição estabelece que as eleições para prefeito devem ser realizadas sob o sistema pluralidade com voto único em municípios com menos de 200.000 eleitores, enquanto municípios com 200.000 eleitores devem realizar segundo turno caso não ocorra uma maioria absoluta de votos. Os efeitos dessa particularidade eleitoral podem ser vistos em Fujiwara (2011).

Segundo site oficial do Tribunal Superior Eleitoral¹, são atribuições, não exaustivas, dos prefeitos (i) desenvolver as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes; (ii) organizar os serviços públicos de interesse local; (iii) Promover o desenvolvimento urbano e o ordenamento territorial; (iv) implementar e manter, em boas condições de funcionamento, postos de saúde, escolas e creches municipais, além de assumir o transporte escolar das crianças.

1.2.4 Finanças Públicas Municipais

Dentre as atribuições dos prefeitos estão as de gerir as receitas e despesas municipais. Nesse sentido, nos municípios brasileiros - bem como nos níveis federal e estadual o Poder Executivo tem um papel dominante na elaboração, aprovação e execução do orçamento. Para o Poder Legislativo, há limitação que consiste em, principalmente, emendar partes limitadas do projeto de lei orçamentária elaborado pelo Executivo e, depois de ocorridos os gastos, auditar e revisar as despesas municipais (Gouvêa e Girardi, 2021). Embora muitas categorias de despesas tenham sido descentralizadas para as cidades, a arrecadação de impostos continua bastante centralizada nos níveis federal e estadual.

¹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/conheca-as-principais-atribuicoes-do-prefeito>, acesso em 20/09/2021.

Como consequência, os municípios têm capacidade de autofinanciamento relativamente baixa e são altamente dependentes de transferências intergovernamentais obrigatórias (Brollo e Troiano, 2016; Gouvêa e Girardi, 2021).

Desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, os municípios (assim como outros níveis de governo) enfrentam fortes restrições em seus níveis de déficit. Além disso, com vistas a unificar as contas nacionais e promover um melhor acompanhamento das contas públicas, compete ao Governo Federal promover, até o dia 30 de junho, a consolidação das contas das unidades federativas do exercício anterior. Esta agregação é consolidada no FINBRA e nos permite explorar as informações na dimensão de alocação de gastos por função orçamentária ou categoria econômica da despesa.

O código de função e subfunção é estabelecido pela Portaria nº 42/1999 - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). Como função, entende-se como o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, ou seja, busca classificar em qual área de atuação governamental está sendo realizado o gasto. Exemplos de funções orçamentárias são: educação, saúde, previdência, segurança, dentre outras. A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público. Exemplos de subfunções são: educação básica, educação superior, saúde básica, planejamento e administração etc. A legislação supra dispõe também que é possível a interação entre funções e subfunções. Por exemplo, subfunções primariamente atribuídas à função de saúde podem ser alocadas na função de educação a depender da política a ser implementada.

Por sua vez, a classificação pela categoria econômica da despesa tem por objetivo informar “em que” o município está realizando seus gastos. Ela segmenta inicialmente as despesas em correntes e de capital. Dentro das despesas correntes nós temos as despesas com pagamento de pessoal e benefícios (Salários, auxílios a servidores, dentre outros) e outras despesas correntes (Diárias, materiais de consumo, aluguéis, serviços, dentre outros). Por sua vez, nas despesas de capital temos os gastos com investimentos que envolvem a realização de obras, aquisições de equipamentos, dentre outros. Uma análise detalhada de todas as classificações da despesa pode ser consultada no Manual Técnico do Orçamento (SOF, 2020).

1.3 Metodologia

1.3.1 Descrição geral do modelo e definição da running variable

Os resultados de políticas locais dependem de muitos fatores específicos da cidade. Isso implica que simplesmente comparar cidades com prefeitos homens e mulheres pode criar um viés de seleção na estimação. Cada vez mais se busca fazer inferências causais confiáveis e uma ferramenta empírica não experimental atende a um padrão de qualidade muito importante se puder reproduzir os resultados de um experimento aleatório (Angrist e Pischke, 2008, 2010; Cattaneo, Idrobo e Titiunik, 2020; Cunningham, 2021). Para isso, defino $Y_{it}(1)$ como um potencial outcome do município i se o prefeito é mulher e $Y_{it}(0)$ o potencial outcome se o prefeito é homem, no período de tempo t .

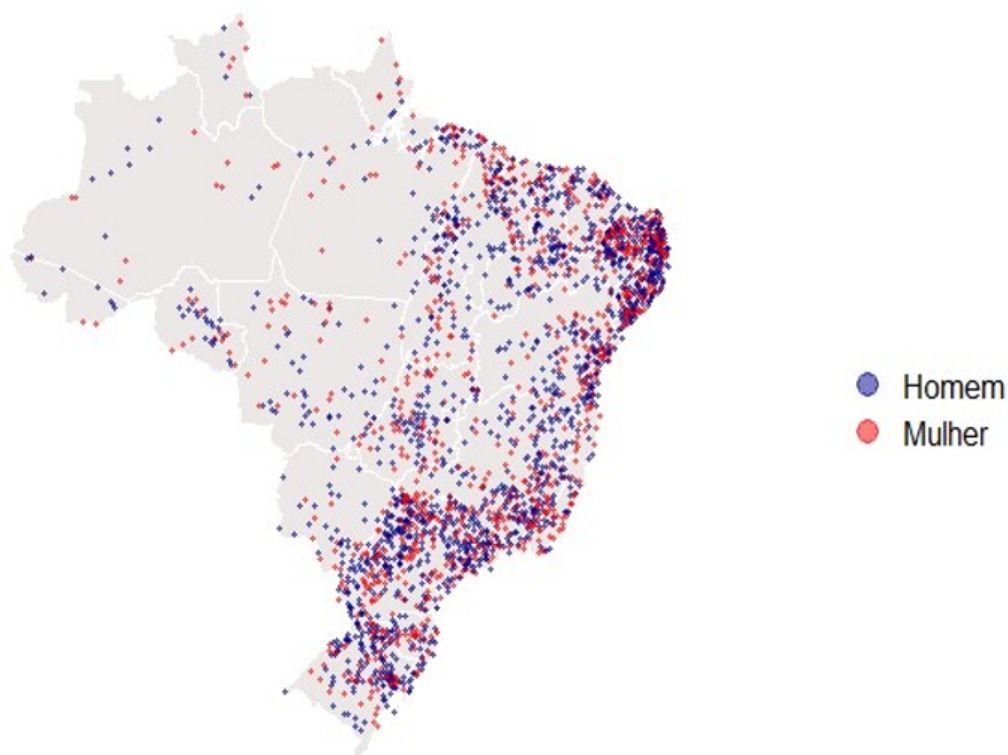
O que busco no artigo é estimar o potencial outcome de eleger uma prefeita, portanto, $E(Y_i(1) - Y_i(0) \mid \forall \in \Omega)$. O problema da inferência causal é justamente não observar o mesmo outcome em ambas as situações. Nesse sentido, a utilização de Regressions Discontinuity Designs (RDDs) explodiu na última década (Eggers et al., 2018). Em um desenho de RDD, os indivíduos são atribuídos dicotomicamente a um tratamento se cruzarem um determinado corte de uma variável de contínua e observável, enquanto aqueles que não conseguem cruzar o corte formam o grupo de controle.

A estratégia empírica utilizada nesse artigo é semelhante a utilizadas em outras pesquisas que estudam efeitos de candidatos eleitos nas denominadas “eleições acirradas” (Meyersson, 2014; Brollo e Troiano, 2016; Cattaneo, Idrobo e Titiunik, 2020). Pesquisas recentes encontraram que essa metodologia é válida para estudar este tema (Hyytinen et al., 2018). Este estudo utiliza como running variable a Margem da Vitória (MV) de eleições de gênero. Para isso, compara eleições municipais de 2004, 2008, 2012 e 2016 que tiveram uma mulher em primeiro lugar e um homem em segundo lugar e um homem em primeiro lugar e uma mulher segundo lugar.

A Margem de Vitória - MV_{it} pode ser vista como uma variável aleatória dependendo de variáveis observáveis e não observáveis, bem como de eventos aleatórios no dia da eleição. Este artigo analisa 4 mandatos eleitorais - 2005-2008; 2009-2012; 2013-2016; 2017-2019 - utilizando dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nesse período, houve 3.992 eleições de gênero - eleições que tiveram uma mulher disputando com um candidato homem. Foram excluídas da base as eleições que tiveram alguma contestação judicial e os candidatos sub judice. Ressalta-se que a depender da variável explicada o número de observações poderá diminuir considerando a disponibilidade de dados. A Figura 1.1 plota a distribuição geográfica das eleições e quantidade de candidatos homens e mulheres. Na Tabela 1.1 são apresentados os dados descritivos.

Figura 1.1 - Distribuição espacial e eleições realizadas

Painel (A) - Eleições analisadas e distribuição espacial



Painel (B) - Candidados eleitos



Nota: O Painel A plota a localidade espacial das eleições entre mulheres e homens analisadas neste artigo. O Painel B plota a quantidade de candidatos eleitos, homens e mulheres, que participaram de uma eleição de gênero.

Tabela 1.1 - Estatísticas Descritivas

Características Eleitorais								
Painel (A)	Total Share		Homens			Mulheres		
	Share	Obs.	Share	Obs.	Share	Obs.		
Eleição 2004	0.200		0.201	2,317	0.198	1,674		
Eleição 2008	0.233		0.242	2,317	0.220	1,674		
Eleição 2012	0.287		0.283	2,317	0.293	1,674		
Eleição 2016	0.280		0.274	2,317	0.289	1,674		
esquerda	0.250		0.267	2,317	0.226	1,674		
PT	0.0814		0.0824	2,317	0.0800	1,674		
PSDB	0.139		0.138	2,317	0.139	1,674		
PP	0.0772		0.0721	2,317	0.0842	1,674		
PMDB	0.192		0.185	2,317	0.201	1,674		
Norte	0.0995		0.100	2,317	0.0986	1,674		
Nordeste	0.409		0.404	2,317	0.418	1,674		
Sul	0.151		0.154	2,317	0.148	1,674		
Sudeste	0.252		0.254	2,317	0.249	1,674		
CentroOeste	0.0879		0.0885	2,317	0.0872	1,674		
Características Regionais								
Painel (B)	Total		Homens			Mulheres		
	Média	sd	Média	sd	Obs.	Média	sd	Obs.
telefone	0.751	(0.174)	0.751	(0.177)	2,317	0.751	(0.169)	1,674
sem rendimento	0.394	(0.0840)	0.394	(0.0846)	2,317	0.395	(0.0831)	1,674
sem instrução	0.646	(0.0971)	0.644	(0.0994)	2,317	0.648	(0.0938)	1,674
fundamental	0.153	(0.0310)	0.153	(0.0315)	2,317	0.152	(0.0304)	1,674
superior	0.0383	(0.0251)	0.0392	(0.0263)	2,317	0.0372	(0.0232)	1,674
ln_densidade	3.144	(1.428)	3.150	(1.440)	2,317	3.136	(1.411)	1,674
alfabetiza	0.833	(0.0924)	0.835	(0.0927)	2,317	0.831	(0.0920)	1,674
urbana	0.629	(0.216)	0.630	(0.219)	2,317	0.628	(0.213)	1,674
rural	0.371	(0.216)	0.370	(0.219)	2,317	0.372	(0.213)	1,674
populacao	9.383	(1.068)	9.408	(1.080)	2,317	9.348	(1.050)	1,674

A tabela apresenta os dados descritivos utilizados. Painel (A) reporta as características eleitorais. share representa o percentual em razão do total. Painel (B) reporta características institucionais e regionais do período anterior às eleições utilizando dados do IBGE. sd representa o desvio padrão da amostra.

1.3.2 Descrição das variáveis financeiras

Com o objetivo de analisar os efeitos fiscais de uma prefeita ser eleita este artigo utiliza outcomes que indicam a composição do orçamento e resultado fiscal. Com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe ao Governo Federal promover a consolidação das contas das unidades federativas. Com isso, o FINBRA (Finanças Públicas Brasileiras) consolida os dados de execução financeira dos municípios.

Para construir as variáveis financeiras de resultado fiscal foram utilizados dois relatórios de dados do FINBRA: (i) receitas orçamentárias, (ii) despesas orçamentárias segmentadas por categoria econômica. Os critérios para criação do Resultado Primário são os disponíveis nos Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e a Tabela 1.2 traz a construção destas variáveis. Para realizar a transformação logarítmica destas variáveis, dado que o resultado pode apresentar sinal negativo utilizou-se uma função utilizada em estudos (Busse e Hefeker, 2007) que exploram o resultado em finanças privadas onde $y = \ln(x + \sqrt{x^2+1})$

Tabela 1.2 - Variáveis de Resultado Fiscal

Variável	Inclui	Exclui
Receitas Correntes (1)	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Patrimonial; Outras Receitas Patrimoniais; Transferências Correntes	Aplicações Financeiras; Outras Receitas Financeiras
Receitas de Capital (2)	Alienação de Bens; Outras Alienações de Bens; Transferências de Capital; Convênios; Outras Transferências de Capital; Outras Receitas de Capital	Operações de Crédito; Amortização de Empréstimos; Receitas de Alienação de Investimentos Temporários; Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes
Despesas Correntes (3)	Pessoal e Encargos Sociais; Outras Despesas Correntes; Transferências Constitucionais e Legais; Demais Despesas Correntes	Juros e Encargos da Dívida
Despesas de Capital (4)	Investimentos; Inversões financeiras	Concessão de Empréstimos e Financiamentos; Aquisição de Título de Capital já Integralizado; Aquisição de Título de Crédito; Amortização da Dívida
Resultado Fiscal (E)		(1) + (2) - (3) - (4)
Resultado Corrente		(1) - (3)

A tabela reporta os critérios para construção das variáveis de resultado primário utilizando dados do FINBRA/STN. Estes podem ser analisados de forma detalhada no Manual de Demonstrativo Fiscal acessado em 11/11/2021: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-m-df/40050>.

Para analisar a composição das receitas e despesas orçamentárias foi utilizado, além dos citados anteriormente, o relatório de funções orçamentárias para descobrir em qual área foram alocados os recursos financeiros municipais. As variáveis foram calculadas em volume per capita e em razão do orçamento (share orçamentário). Todos os valores financeiros foram deflacionados à valores de 2020 por meio do IPCA disponibilizado pelo Banco Central do Brasil.

1.3.3 Especificação do modelo econométrico

A suposição padrão do RDD é que os resultados potenciais devem ser uma função contínua da variável em execução no limite (Hahn, Todd e der Klaauw, 2001; Cattaneo, Idrobo e Titiunik, 2020). A estimativa de interesse é dada por $\beta = \lim_{MV \downarrow 0} E[Y | MV] - \lim_{MV \uparrow 0} E[Y | MV]$ e Y é o nível do outcome analisado. A estimação de um conjunto do efeito de se eleger uma prefeita em determinada variável é dada por:

$$Y_{it} = \beta 1[MV_{it} \geq 0] + f(MV_{it}) + \psi X_{it} + \epsilon_{it}$$

Onde Y_{it} é a variável de interesse no município i no mandato t , $1[MV_{it} \geq 0]$ é uma variável iguala 1 caso o candidato eleito seja uma mulher e $f(MV_{it})$ é uma função contínua da margem de vitória². X_{it} é um vetor de covariadas contendo efeitos fixos das unidades da federação (estados) utilizado para melhorar a eficiência do estimador (Calonico et al., 2019). Além disso, essa variável é importante para isolar características estaduais das finanças públicas como, por exemplo, a fiscalização dos tribunais de contas estaduais e sistemas de gestão específicos de cada estado. ϵ_{it} é o erro idiossincrático do modelo.

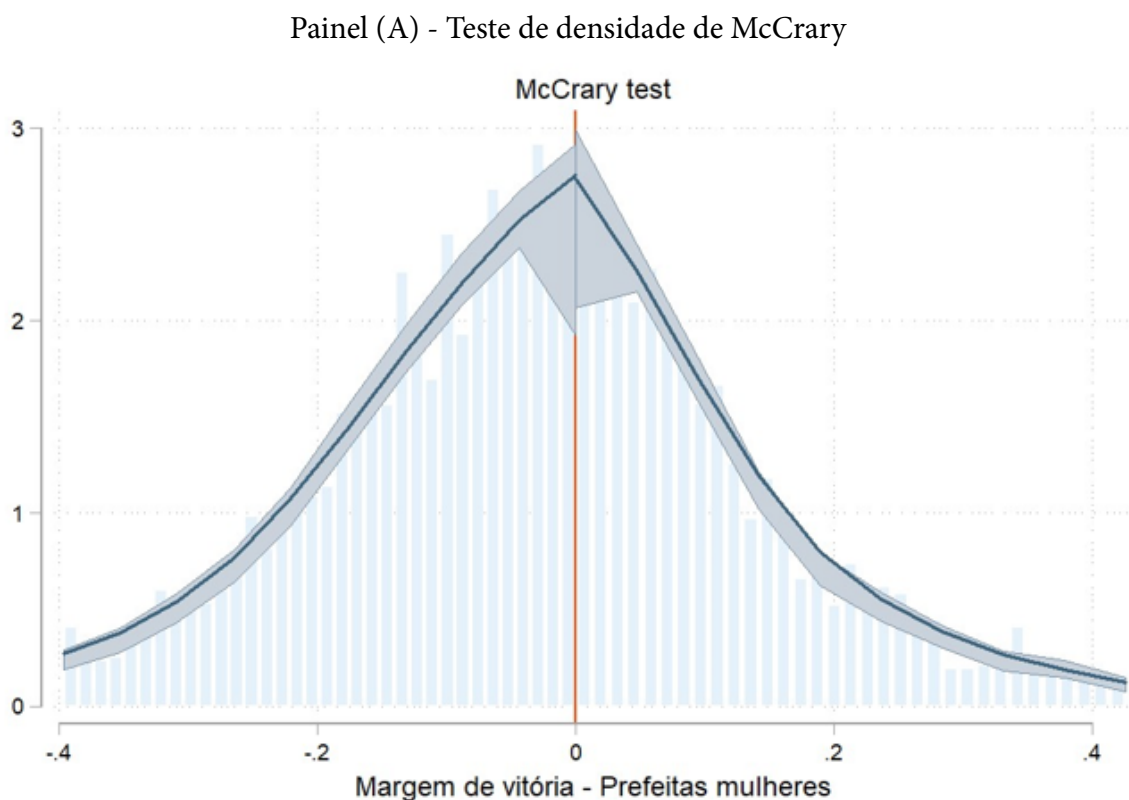
Um questionamento que urge é: qual a distância do cutoff ideal para realizar a estimação? As estimações deste artigo utilizam a seleção de bandwidth descrita por Calonico, Cattaneo e Farrell (2019) e utilizadas em recentes pesquisas que aplicam RDD (Gouvêa e Girardi, 2021; Casarico, Lattanzio e Profeta, 2021).

Para descartar a seleção eleitoral endógena para tratamento, o que poderia ser causado, por exemplo, pelas fortes preferências por prefeitas mulheres, uma prática padrão é mostrar a ausência de

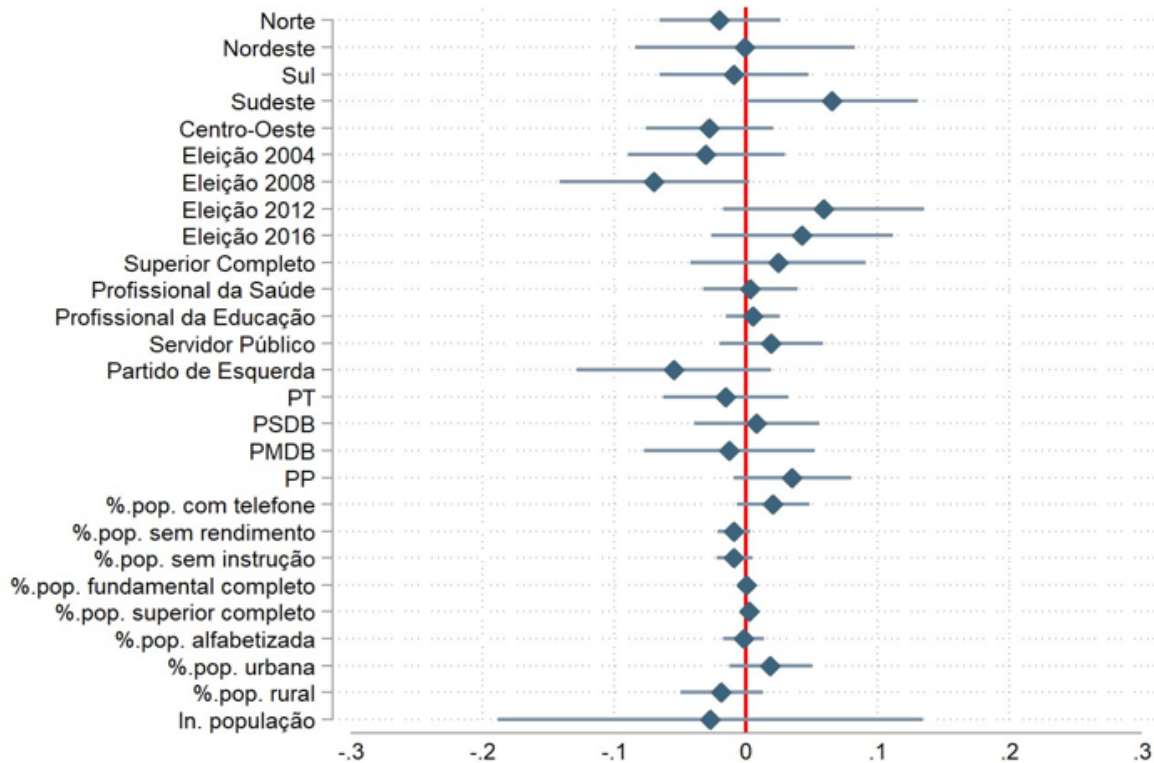
2 Como padrão, é utilizada uma Função Kernel Triangular que ajusta a regressão ao redor do cutoff. Com essa abordagem, localiza-se o ajuste polinomial para o corte (descartando observações suficientemente distantes) e emprega uma aproximação polinomial de ordem baixa (geralmente linear ou quadrática).

uma descontinuidade de densidade em torno do cutoff. Para analisar esta questão, realiza-se o Teste de Densidade de McCrary (McCrary, 2008) com a estimação robusta implementada por (Cattaneo, Jansson e Ma, 2020) - utilizado em pesquisas recentes (Gonzalez-Eiras e Sanz, 2021; Gonzalez, 2021). Este teste verifica hipótese nula de não haver descontinuidade da running variable ao redor do ponto de corte. Os resultados apresentados na Figura 1.2 indicam que não há essa seleção natural.

Figura 1.2 - Teste de densidade de McCrary e Descontinuidade estimada em características institucionais



Painel (B) - Descontinuidade estimada em características institucionais



Nota: O Painel (A) plota o resultado do teste de McCrary(2008). Nível de significância estatística 95%. Os resultados indicam que não há descontinuidade endógena na running variable. Estimativas apresentam $t=0.3025$ e $p>0.7622$ na especificação unrestricted – vce jackknife e $t=0.1135$ e $p>0.9096$ na especificação restricted – vce plugin. O Painel (B) plota o resultado da descontinuidade em características institucionais ao redor do cutoff. Intervalo de confiança de 95%

Para reforçar as evidências sugeridas pelos testes mencionados, bem como para descartar que as características institucionais endógenas sejam os verdadeiros impulsionadores do efeito estimados, conforme abordagem de (de la Cuesta e Imai, 2016). A descontinuidade dessas covariáveis antes do tratamento sugere que o arcabouço institucional está impulsionando o resultado. Os resultados na Figura 1.2 rejeitam esta hipótese.

1.4 Resultados e discussão

1.4.1 Resultado Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF definiu o controle do endividamento público como um dos principais focos de uma gestão fiscalmente responsável. O resultado primário é dado pelo cotejo entre receitas e despesas primárias e um resultado positivo pode ser entendido como um esforço direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

Analisar o impacto de eleger uma prefeita mulher nos resultados fiscais é, portanto, importante para saber se a diferença de gênero pode influenciar na trajetória da dívida pública. Nesse sentido, os resultados principais são apresentados na Tabela 1.3. As colunas 1 e 4 trazem o log da média do resultado fiscal no mandato eleitoral. As colunas 2 e 5, por sua vez, apresentam a média do resultado per capita nos anos de mandato e, por sua vez, nas colunas 3 e 6 a transformação em *log* dos dados per capita, conforme especificado na seção anterior. Nas colunas 1, 2 e 3 é analisado todo o Resultado Primário e nas colunas 4, 5 e 6 os Resultado Fiscal Corrente.

Tabela 1.3 - Resultado da eleição de mulheres em variáveis fiscais - RDD

Painel (A) - Linear	Resultado Fiscal			Resultado Corrente		
	(1) log	(2) per capita	(3) log. per capita	(4) log	(5) per capita	(6) log. per capita
Coef.	0.1351	7.8750	0.3119	0.1575	13.7770	0.2691
Robust p-value	0.846	0.872	0.192	0.781	0.795	0.183
Std. Error.	(0.697)	(48.841)	(0.239)	(0.567)	(53.030)	(0.202)
Observações	3,966	3,969	3,969	3,969	3,969	3,969
Bandwidth	0.108	0.108	0.0947	0.109	0.0907	0.0893
Eff. Obs. Left	1034	1027	912	1036	875	861
Eff. Obs. Right	931	927	843	933	818	809

Painel (B) - Quadrático	Resultado Fiscal			Resultado Corrente		
	(1) log	(2) per capita	(3) log. per capita	(4) log	(5) per capita	(6) log. per capita
Coef.	-0.3731	1.9046	0.3276	-0.1504	5.8497	0.2522
Robust p-value	0.657	0.979	0.208	0.822	0.936	0.263
Std. Error.	(0.840)	(73.771)	(0.260)	(0.669)	(72.366)	(0.225)
Observações	3,966	3,969	3,969	3,969	3,969	3,969
Bandwidth	0.145	0.128	0.165	0.149	0.121	0.144
Eff. Obs. Left	1309	1172	1440	1335	1113	1304
Eff. Obs. Right	1112	1042	1192	1136	1004	1111

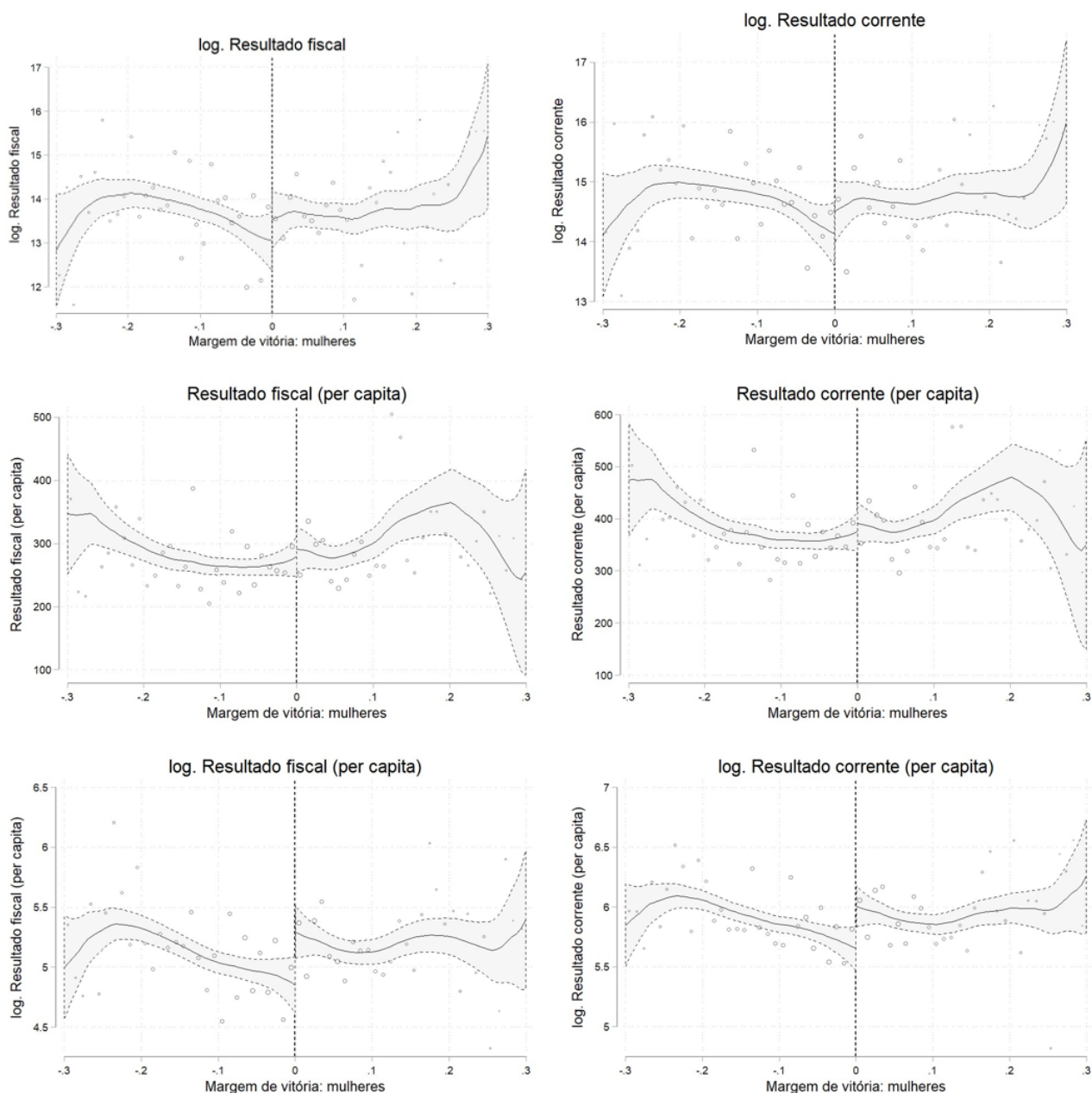
Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. (1) Representa o log da média do resultado fiscal durante todo mandato eleitoral. (2) Média do

resultado fiscal per capita. (3) log do resultado fiscal per capita. (4) Representa o log da média do resultado corrente durante todo mandato eleitoral. (5) Média do resultado corrente per capita. (6) log do resultado corrente per capita. Erros robustos reportados. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calónico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$.

Este artigo não encontra resultados significativos da eleição de mulheres no resultado fiscal do município. Em outras palavras, não foi encontrada descontinuidade ao redor do cutoff em nenhuma das variáveis utilizadas.

Uma das vantagens do RDD é a possibilidade da análise gráfica dos resultados (Hyytinen et al., 2018). Assim, este resultado pode ser visualizado graficamente na Figura 1.3.

Figura 1.3 - Resultado da eleição de mulheres em variáveis fiscais - Análise gráfica



Nota: a figura plota o resultado da descontinuidade em variáveis fiscais ao redor do cutoff. Prefeitos homens

($MV < 0$) e mulheres ($MV > 0$). Os círculos representam a média da variável dependente com 1pp. Bins com o tamanho proporcional à sua frequência relativa. Erro padrão robusto e $p < 0.05$.

Este achado é semelhante ao de pesquisas que estudaram efeitos de partidos políticos nas finanças brasileiras (Gouvêa e Girardi, 2021). Dentre os fatos que explicam isso, pode-se relatar a alta dependência municipal de receitas de transferências externas (as denominadas transferências constitucionais obrigatórias) do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (Brollo e Troiano, 2016). Dado que essa transferência é exógena, e depende do tamanho da população municipal, diminui a discricionariedade do gestor em gerar receitas que podem aumentar o resultado primário local.

1.4.2 Composição de Receitas do Orçamento

Dado um orçamento pouco flexível, onde as principais receitas e despesas são enrijecidas, é necessário estudar sua composição e se uma prefeita eleita pode alterá-la. Mesmo que grande parte das receitas orçamentárias municipais sejam recebidas por meio de transferências constitucionais, ainda há outras fontes de recursos que podem ser alteradas durante um mandato. Dentre elas, este estudo analisa duas: (i) tributos (impostos, taxas e contribuições) e (ii) convênios.

Os resultados principais na composição da receita são apresentados na Tabela 1.4 e ilustrados na Figura 1.4. Ao olhar a composição dos tributos, seja per capita ou em razão da receita total, não foram encontrados efeitos estatisticamente significantes em nenhuma das especificações.

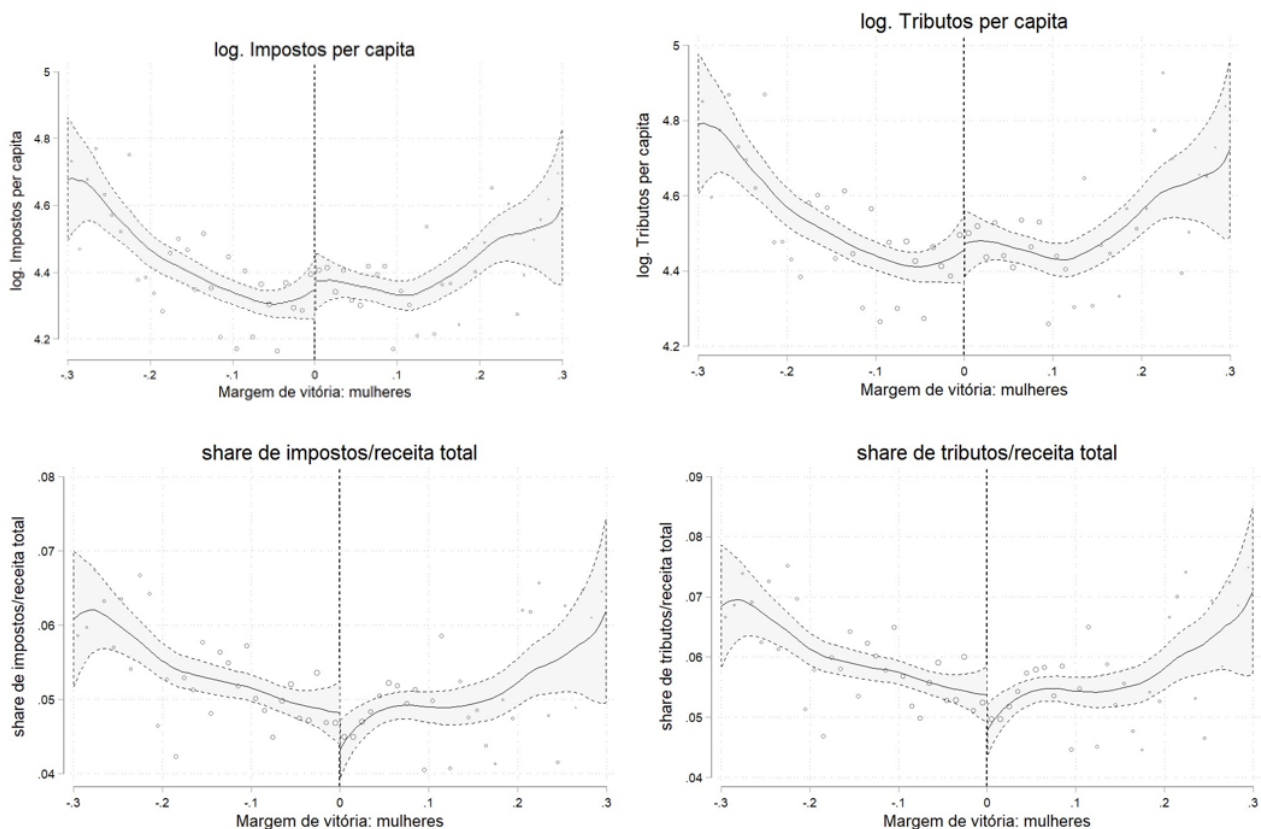
Tabela 1.4 - Resultado da eleição de mulheres nas receitas orçamentárias - RDD

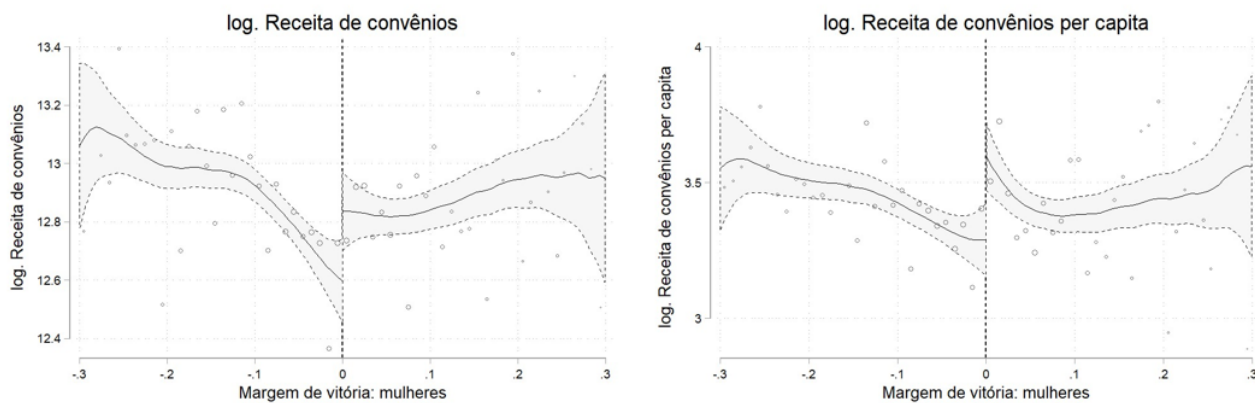
Painel (A) - Linear	(1) log. imposto. pc	(2) log. tributo. pc	(3) share tributo	(4) share imposto	(5) log. conv.	(6) log. conv. pc
Coef.	0.0244	0.0214	-0.0068	-0.0059	0.2914*	0.3799***
Robust p-value	0.732	0.755	0.144	0.163	0.0732	0.009
Std. Error.	(0.071)	(0.068)	(0.005)	(0.004)	(0.163)	(0.146)
Observações	3,974	3,975	3,976	3,976	3,838	3,840
Bandwidth	0.125	0.135	0.0884	0.0883	0.0797	0.0806
Eff. Obs. Left	1147	1240	858	858	761	768
Eff. Obs. Right	1026	1061	799	799	711	718

Painel (B) - Quadrático	(1) log. imposto. pc	(2) log. tributo. pc	(3) share tributo	(4) share imposto	(5) log. conv.	(6) log. conv. pc
Coef.	-0.0234	-0.0312	-0.0087	-0.0073	0.2671	0.4080**
Robust p-value	0.811	0.749	0.120	0.154	0.159	0.0235
Std. Error.	(0.098)	(0.098)	(0.006)	(0.005)	(0.190)	(0.180)
Observações	3,974	3,975	3,976	3,976	3,838	3,840
Bandwidth	0.130	0.129	0.128	0.125	0.120	0.109
Eff. Obs. Left	1199	1188	1180	1146	1064	999
Eff. Obs. Right	1049	1047	1042	1023	955	894

Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. (1) Representa o log da média do imposto arrecadado – per capita. (2) Representa o log da média dos tributos arrecadados – per capita. (3) Razão entre tributos e toda receita arrecadada. (4) Razão entre impostos e toda receita arrecadada (5) Log da média de receitas arrecadadas de convênios (6) log da média de receita arrecadada – per capita. Os erros robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Cattaneo, Cattaneo e Farrell, 2019). *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Figura 1.4 - Resultados do RDD em variáveis da receita orçamentária – análise gráfica





Nota: a figura plota o resultado da descontinuidade em variáveis da receita orçamentária ao redor do cutoff. Prefeitos homens ($MV < 0$) e mulheres ($MV > 0$). Os círculos representam a média da variável dependente com 1pp. Bins com o tamanho proporcional à sua frequência relativa. Erro padrão robusto e $p < 0.05$.

Por sua vez, complementando os estudos de Brollo e Troiano (2016), há efeitos significativos nas transferências federais voluntárias. Convênios são acordos feitos entre União e entidades governamentais dos demais entes da Federação, ou organizações não governamentais, para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objeto comum. Algumas características de convênios devem ser observadas. Para receber recursos mediante convênio elabora-se uma Proposta de Trabalho contendo a descrição completa do objeto e sua justificativa. É, portanto, um recurso financeiro que é destinado para uma finalidade específica. Por exemplo: a construção/reforma de uma escola, a realização de um evento etc. Além disso, é um recurso discricionário recebido pelo município pelo Governo Federal. Ou seja, é preciso articulação política para receber este recurso (Brollo e Troiano, 2016).

Não obstante, também é necessário demonstrar capacidade técnica para recebê-lo, que envolve aplicar os limites mínimos constitucionais em saúde e educação até garantias de contrapartida dos recursos. Não obstante, é vedado, por força de lei, o pagamento de pessoal vinculado à entidade conveniente com recursos financeiros oriundos do convênio. Ou seja, não é possível realizar um convênio para o pagamento de servidores do município. Nota-se, portanto, que para receber recursos mediante convênios são necessárias habilidades de interlocução política e de gerenciamento técnico.

Os resultados positivos, onde mulheres prefeitas capturam mais recursos de convênios per capita convergem para a literatura sobre gênero e negociação onde mulheres trabalham mais do que homens ao negociar em nome de terceiros (Bowles, Babcock e McGinn, 2005). Os resultados apresentados na literatura por Brollo e Troiano (2016), analisando as eleições brasileiras de 2000 e 2004, indicaram que mulheres prefeitas captavam por volta de 55% a 65% mais recursos de convênio do que prefeitos homens. Ao ampliar os mandatos eleitorais até 2016, e alterar em alguns pontos as técnicas de estimação, essa pesquisa converge para o resultado positivo anteriormente apresentado, mesmo com uma intensidade menor. Os resultados apresentados na Tabela 1.4, e ilustrados na Figura 1.4,

indicam que mulheres capturam por volta de 25% a 40% mais recursos mediante convênio, seja per capita ou no total, do que prefeitos homens.

1.4.3 Composição de Despesas Orçamentárias

1.4.3.1 Análise nas categorias econômicas da despesa

A análise na composição das despesas orçamentárias inicia-se observando as principais categorias econômicas do orçamento. A Tabela 1.5 e Figura 1.5, demonstram que há descontinuidade nos gastos per capita em despesas de pessoal e na razão destas despesas no total do orçamento. Os resultados são significantes e indicam que prefeitas mulheres realizam mais gastos com pessoal per capita – na ordem de 20% - e com uma alocação orçamentária, na média, de 2% maior. Esse resultado deve ser analisado com cautela, e em conjunto com os demais resultados estimados neste artigo.

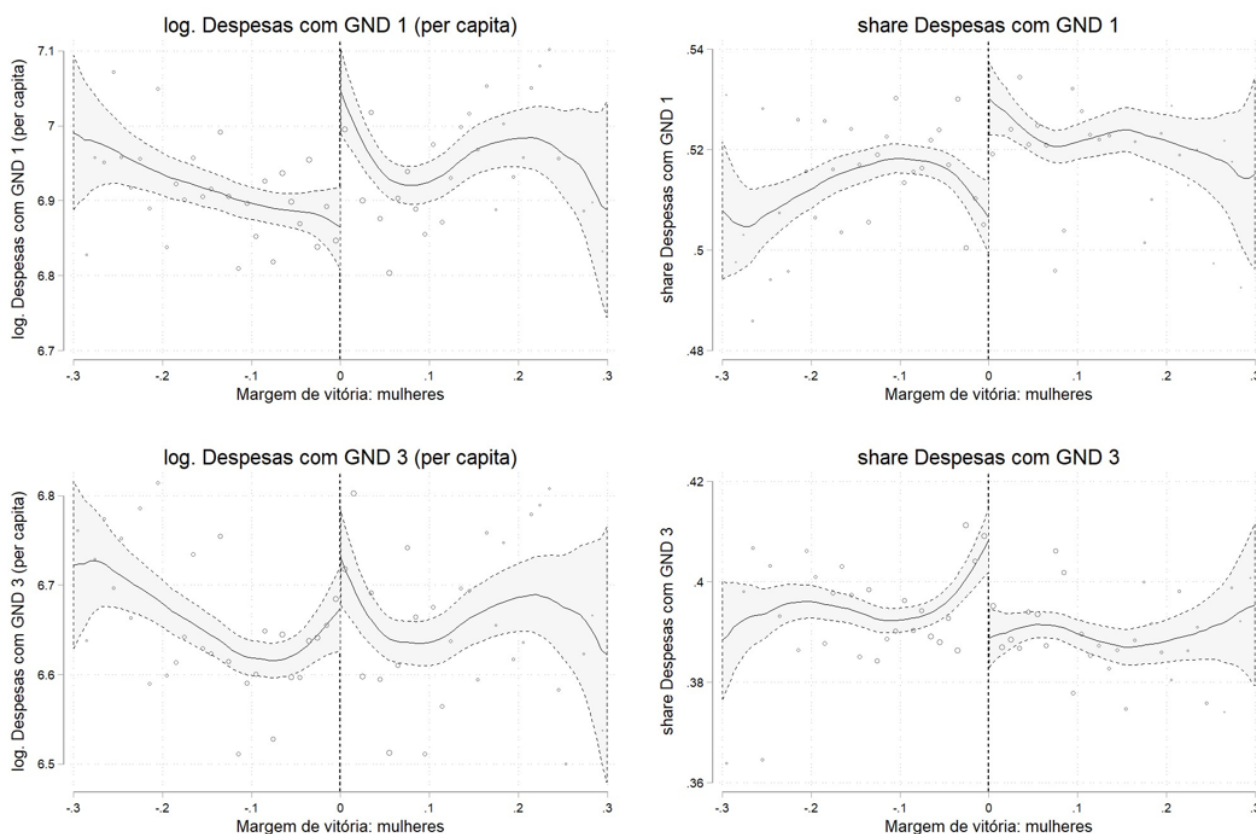
Tabela 1.5 - Resultado da eleição de mulheres na categoria econômica da despesa - RDD

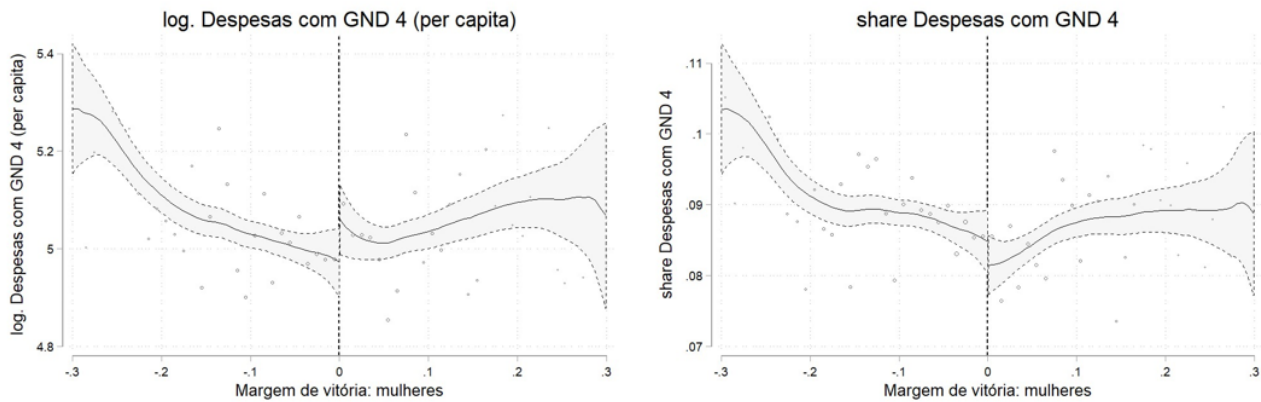
Painel (A) - Linear	(1) log. gnd1	(2) share gnd1	(3) log. gnd3	(4) share gnd3	(5) log. gnd4	(6) share gnd4
Coef.	0.1875**	0.0255***	0.0444	-0.0224***	0.0869	-0.0028
Robust p-value	0.011	0.002	0.389	0.001	0.267	0.542
Std. Error.	(0.073)	(0.008)	(0.052)	(0.007)	(0.078)	(0.005)
Observações	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977
Bandwidth	0.0868	0.0946	0.0881	0.101	0.0994	0.109
Eff. Obs. Left	852	916	857	970	959	1042
Eff. Obs. Right	792	842	797	879	872	933
Ordem pol.	1	1	1	1	1	1

Painel (B) - Quadrático	(1) log. gnd1	(2) share gnd1	(3) log. gnd3	(4) share gnd3	(5) log. gnd4	(6) share gnd4
Coef.	0.2136**	0.0237**	0.0697	-0.0236**	0.1636	0.0016
Robust p-value	0.030	0.022	0.273	0.012	0.111	0.786
Std. Error.	(0.098)	(0.010)	(0.064)	(0.009)	(0.103)	(0.006)
Observações	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977
Bandwidth	0.105	0.126	0.114	0.116	0.117	0.127
Eff. Obs. Left	1014	1159	1079	1090	1093	1166
Eff. Obs. Right	913	1031	964	981	987	1040
Ordem pol.	2	2	2	2	2	2

Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. GND1 - Despesas com pessoal. GND3 - Outras despesas correntes. GND4 - Despesas com investimentos. Variáveis em log representam o log da média de gastos per capita. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calonico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Figura 1.5 - Resultado da eleição de mulheres na categoria econômica da despesa - Análise gráfica





Nota: a figura plota o resultado da descontinuidade em variáveis fiscais ao redor do cutoff. Prefeitos homens ($MV < 0$) e mulheres ($MV > 0$). Os círculos representam a média da variável dependente com 1pp. Bins com o tamanho proporcional à sua frequência relativa. Erro padrão robusto e $p < 0.05$.

Analisando o resultado em conjunto com a seção anterior, nota-se que não há efeito fiscal imediato de tal medida que, parece ser, um remanejamento de recursos dentro da categoria de despesas correntes (entre GND 3 e GND 1).

Não obstante, esse achado traz novos insights para a literatura dos efeitos de características dos governantes nos gastos de pessoal e não somente o arcabouço institucional. Nesse caso, ressalta-se que o efeito de prefeitas é positivo ao mesmo tempo que, a princípio, é sustentável considerando não haver aumento entre a razão da receita corrente líquida e o resultado fiscal.

1.4.3.2 Análise nas funções orçamentárias

Em uma segunda etapa, foi analisada a composição das despesas nas principais funções do governo. Estudar as funções orçamentárias é particularmente importante para compreender em qual área foram realizados os gastos governamentais. O principal resultado encontrado é que o gasto social per capita foi de 9% a 13% superior para uma prefeita mulher que para prefeitos homens (Tabela - 1.6, coluna 1) e de 2% na proporção do orçamento gasto na área social (Tabela 1.7). Na Figura - 1.6 e Figura - 1.7 nota-se a descontinuidade ao redor do cutoff nos gastos sociais per capita. Ressalta-se, que considerando que a estimação não considera dados financeiros de 2020 não há um viés nos dados causados pela pandemia de Covid-19.

Há algumas explicações na literatura sobre esse tema. Inicialmente, surge a hipótese de que as preferências entre homens e mulheres são diferentes. Nesse sentido, analisando o comportamento do orçamento familiar, estudos indicaram que mulheres gastam mais com saúde e educação e reduzem despesas com álcool, fumo e lazer (Gummerson e Schneider, 2012).

Economicamente, há uma divergência teórica se homens e mulheres produzem efeitos diferentes ao serem eleitos. A teoria do eleitor mediano de Downs (1957) prevê que os políticos con-

vergem nas políticas para atender ao eleitor mediano, a fim de garantir a reeleição. Portanto, nessa teoria, o gênero não afetaria as decisões políticas. Entretanto, Besley e Coate (1997) propõe uma visão alternativa do processo político que produz contradições à teoria do eleitor mediano. Essa visão alternativa, conhecida como o modelo cidadão-candidato, conjuga as preferências dos políticos por diferentes resultados e sua incapacidade de se comprometer com políticas moderadas. De acordo com esse modelo, a política diverge dependendo de quem ganha a eleição. O modelo cidadão-candidato se estende além do partidarismo (Lee, Moretti e Butler, 2004) para o reino da política de identidade e aponta para a relevância do gênero para a formulação de políticas, considerando as diferenças nas preferências de política existentes entre homens e mulheres (Besley, 2005).

Ao analisar estudos empíricos, no entanto, pesquisas recentes não encontraram efeitos significativos no gasto social em razão da eleição de mulheres para o Poder Executivo ou Poder Legislativo em países desenvolvidos (Bagues e Campa, 2021; Casarico, Lattanzio e Profeta, 2021). Hessami e da Fonseca (2020) apontam que os efeitos em gastos sociais nesses países podem estar subestimados, porque o nível ótimo pode já ter sido alcançado sendo o novo foco em otimizar o gasto e não aumentar os valores.

Nesse sentido, os resultados encontrados nesta pesquisa se assemelham aos de Chattopadhyay e Duflo (2004), que estudaram a Índia, onde a maior participação de mulheres gera um aumento no gasto social. Os resultados para o caso brasileiro estão em linha com pesquisas que apontam que países em desenvolvimento não estão no ótimo de despesas sociais e a eleição de mulheres pode afetar os níveis dessas despesas (Hessami e da Fonseca, 2020).

No caso brasileiro, a pesquisa de Rocha, Fernandez Orellano e Bugarin (2018) analisou o efeito de características pessoais dos prefeitos nas finanças públicas municipais brasileiras. Ao observar o efeito de gênero em indicadores fiscais e composição do gasto, os autores não encontraram resultados significativos. Isso ocorreu por causa da diferença de qualificação entre candidatos homens e mulheres. Todavia, nesta pesquisa, houve uma ampliação do período analisado e a análise somente de eleições de gênero. Assim, com os dados em tela, não houve descontinuidade na variável qualificação (Figura - 1.2) o que permite inferir que prefeitas mulheres gastam mais na área social do que homens.

Além disso, pesquisa de Brollo e Troiano (2016) apontou que mulheres eleitas têm melhores resultados em outcomes de saúde, como mortalidade infantil e visitas de pré-natal. Nesse sentido, este artigo complementa a pesquisa supra por evidenciar um possível mecanismo destes achados que é justamente uma maior alocação de gastos per capita na área social.

Tabela 1.6 - Resultado da eleição de mulheres nas funções orçamentárias - log. per capita - RDD

Variáveis	Social	Adm.Geral	Assit. Social	Saúde	Trabalho	Educação	Cultura	Urbanismo	Meio Amb.
Panel (A) - Log. dos gastos per capita - Linear									
Coef.	0.0941**	0.0048	0.0477	0.0788*	-0.1367	0.0959**	0.2194*	-0.1814*	-0.0828
Robust p-value	(0.047)	(0.057)	(0.063)	(0.038)	(0.109)	(0.046)	(0.130)	(0.107)	(0.118)
Std. Error.	0.044	0.933	0.452	0.06	0.211	0.039	0.091	0.090	0.484
Observações	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977
Bandwidth	0.110	0.0957	0.0940	0.114	0.0911	0.109	0.0952	0.0966	0.110
Eff. Obs. Left	1051	927	908	1080	883	1043	924	935	1046
Eff. Obs. Right	939	851	838	964	818	934	848	855	936
Panel (B) - Log. dos gastos per capita - Quadrático									
Coef.	0.1397**	0.0430	0.0456	0.1177*	-0.1064	0.1294**	0.2977*	-0.1828	-0.0426
Robust p-value	(0.069)	(0.069)	(0.070)	(0.065)	(0.131)	(0.065)	(0.166)	(0.125)	(0.144)
Std. Error.	0.042	0.532	0.512	0.070	0.418	0.045	0.073	0.143	0.768
Observações	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977	3,977
Bandwidth	0.131	0.131	0.155	0.135	0.125	0.142	0.113	0.143	0.146
Eff. Obs. Left	1206	1207	1387	1245	1149	1293	1070	1300	1322
Eff. Obs. Right	1050	1050	1159	1065	1027	1098	957	1106	1119

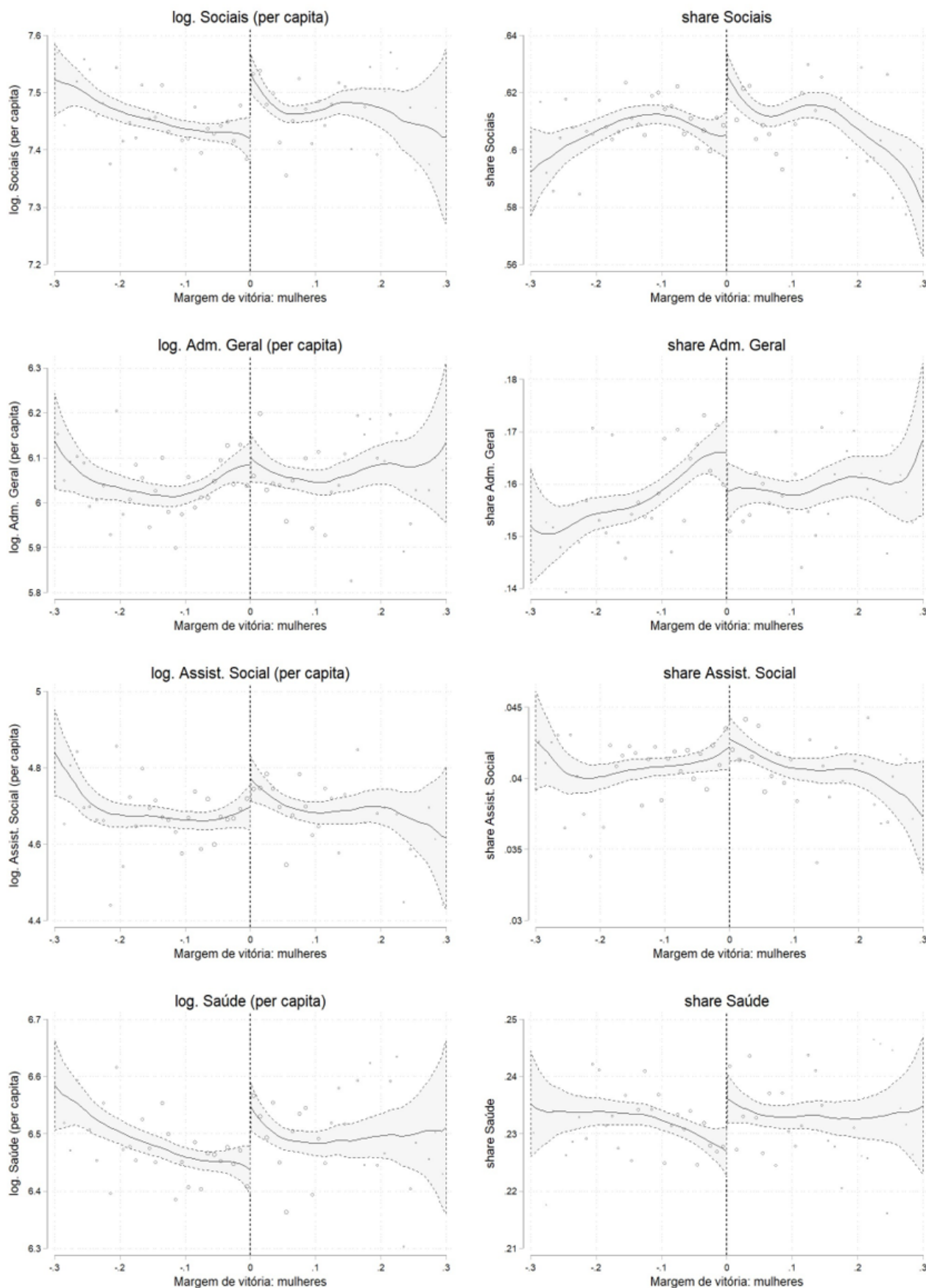
Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. Variáveis em log representam o log da média de gastos per capita. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calonico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tabela 1.7 - Resultado da eleição de mulheres nas funções orçamentárias - share - RDD

Variáveis	Social	Adm.Geral	Assit. Social	Saúde	Trabalho	Educação	Cultura	Urbanismo	Meio Amb.
Panel (A) – share dos gastos - Linear									
Coef.	0.0216***	-0.0067	-0.0001	0.0076	0.0005	0.0137**	0.0008	-0.0078*	-0.0006
Robust p-value	(0.007)	(0.007)	(0.002)	(0.005)	(0.001)	(0.006)	(0.001)	(0.004)	(0.000)
Std. Error.	0.003	0.350	0.971	0.107	0.549	0.031	0.438	0.062	0.228
Observações	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976
Bandwidth	0.109	0.119	0.0963	0.0902	0.110	0.114	0.103	0.0966	0.0906
Eff. Obs. Left	1041	1105	930	872	1051	1084	995	935	879
Eff. Obs. Right	932	991	853	816	939	967	897	855	816
Panel (B) – shares dos gastos - Quadrático									
Coef.	0.0184*	-0.0054	-0.0005	0.0067	0.0004	0.0146*	0.0009	-0.0088*	-0.0005
Robust p-value	(0.010)	(0.010)	(0.002)	(0.006)	(0.001)	(0.009)	(0.001)	(0.005)	(0.001)
Std. Error.	0.071	0.569	0.783	0.243	0.636	0.088	0.433	0.081	0.354
Observações	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976	3,976
Bandwidth	0.116	0.135	0.147	0.117	0.155	0.131	0.155	0.142	0.134
Eff. Obs. Left	1089	1243	1325	1093	1383	1212	1387	1290	1232
Eff. Obs. Right	980	1063	1123	988	1159	1052	1160	1098	1059

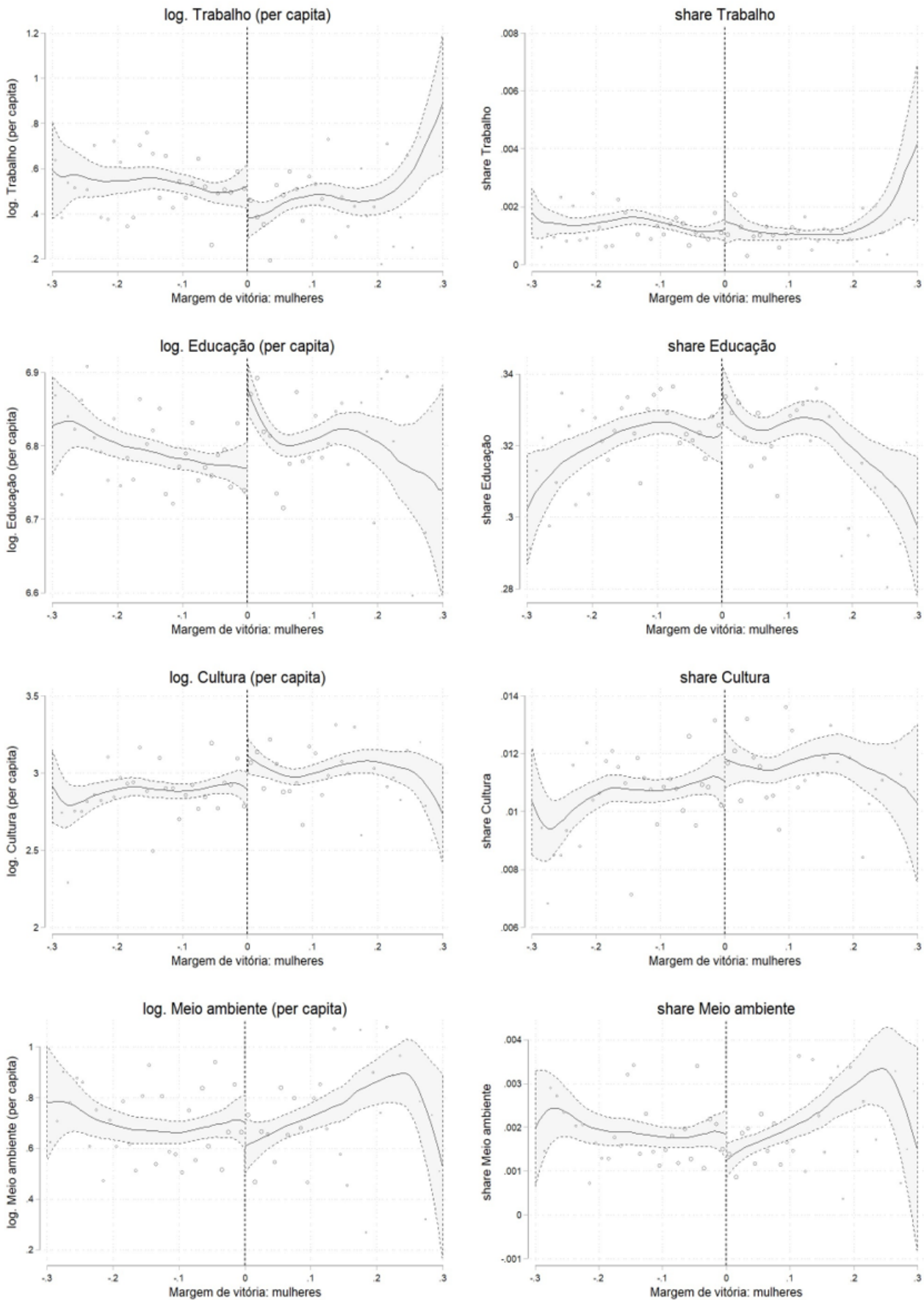
Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calonico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Figura 1.6 - Resultados do RDD nas funções orçamentárias – análise gráfica - Parte 1



Nota: a figura plota o resultado da descontinuidade em variáveis fiscais ao redor do cutoff. Prefeitos homens ($MV < 0$) e mulheres ($MV > 0$). Os círculos representam a média da variável dependente com 1pp. Bins com o tamanho proporcional à sua frequência relativa. Erro padrão robusto e $p < 0.05$.

Figura 1.7 - Resultados do RDD nas funções orçamentárias – análise gráfica - Parte 2



Nota: a figura plota o resultado da descontinuidade em variáveis fiscais ao redor do cutoff. Prefeitos homens ($MV < 0$) e mulheres ($MV > 0$). Os círculos representam a média da variável dependente com 1pp. Bins com o tamanho proporcional à sua frequência relativa. Erro padrão robusto e $p < 0.05$

1.4.3.3 Mecanismos

Os resultados apontaram que a eleição de mulheres aumenta os gastos sociais e o share das despesas com pessoal no município. Para identificar os mecanismos que explicam esse fenômeno, analisamos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS³ para verificar se há descontinuidade da eleição de prefeitas nos trabalhadores do setor público municipal na área social.

As variáveis explicativas, portanto, utilizam dados da RAIS e consideram trabalhadores reportados da administração municipal quantificando os funcionários da educação (CNAE - Educação) e da saúde (CNAE - Saúde Humana e Serviços Sociais).

Tabela 1.8 a seguir...

3 Dados obtidos pelo projeto Base dos Dados acessados, <https://basedosdados.org>, em 05/01/2022.

Tabela 1.8 - Resultado da eleição de mulheres em funcionários públicos municipais da saúde e educação

Variáveis	Educação				Saúde			
	qtd.	log. qtd.	sal. médio	log. sal médio	qtd.	log. qtd.	sal. médio	log. sal médio
Panel (A) - Linear								
Coef.	10.7563***	0.0505***	0.1215*	0.0205	2.7889***	0.0378	0.0493***	-0.0086
Robust p-value	0.000	0.000	0.081	0.149	0.000	0.387	0.004	0.351
Std. Error.	(0.263)	(0.009)	(0.070)	(0.014)	(0.258)	(0.044)	(0.017)	(0.009)
Observações	3,555	3,555	3,555	3,555	3,582	3,582	3,582	3,582
Bandwidth	0.0303	0.0397	0.0489	0.0509	0.0434	0.0671	0.0489	0.0648
Eff. Obs. Left	311	415	501	518	447	689	501	665
Eff. Obs. Right	314	399	476	496	434	649	477	624
Panel (B) - Quadrático								
Coef.	10.9200***	0.0478***	0.0603	0.0115	2.5922***	0.0549	0.0354*	-0.0089
Robust p-value	0.000	0.000	0.474	0.513	0.000	0.224	0.095	0.426
Std. Error.	(0.305)	(0.012)	(0.084)	(0.018)	(0.346)	(0.045)	(0.021)	(0.011)
Observações	3,555	3,555	3,555	3,555	3,582	3,582	3,582	3,582
Bandwidth	0.0322	0.0473	0.0611	0.0635	0.0563	0.0734	0.0649	0.0728
Eff. Obs. Left	331	485	626	652	567	749	666	744
Eff. Obs. Right	331	455	594	615	552	701	624	696

Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. (i) qtd - representa a média da quantidade de servidores contratados no município; (ii) sal.médio - média remuneratória em salários mínimos. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calónico, Cattaneo e Farrell, 2019). }. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Os resultados estimados são reportados na Tabela 1.8 e indicam um aumento de servidores municipais da área da educação e saúde com a melhora no salário médio destes profissionais. Assim, nota-se que o principal mecanismo dos resultados apontados na seção anterior, maiores despesas de pessoal e na área social, ocorre devido ao aumento no número de profissionais do município na educação e na saúde.

1.4.3.4 Testes de Robustez e Placebo

Dado o resultado encontrado da descontinuidade entre prefeitos homens e mulheres no gasto social per capita, alguns exercícios são realizados para testar a sua robustez. Detraz e Peksen (2018) apontam que compromisso fiscal do governo com as políticas sociais está positivamente relacionado à participação feminina na força de trabalho total e na política nacional. Portanto, a descontinuidade entre prefeitas pode ser ocasionada em municípios que já realizavam mais despesas sociais antes do mandato delas. Nesse sentido, dois testes são realizados.

O primeiro segue Gouvêa e Girardi (2021) e analisa uma heterogeneidade intertemporal do efeito da descontinuidade. A Tabela – 1.9 apresenta o efeito no gasto social per capita em cada ano do mandato. No primeiro ano, o efeito não é estatisticamente significativo. Isso pode ser resultado das peculiaridades do ciclo orçamentário brasileiro. Geralmente, no primeiro ano de mandato, o prefeito executa um orçamento que foi elaborado e planejado por seu antecessor. Mesmo havendo a possibilidade de realizar alterações - mediante créditos adicionais - o orçamento não seria totalmente elaborado de acordo com seu projeto de governo.

Tabela 1.9 - Resultado da eleição de mulheres em gastos sociais - anual - RDD

Painel (A) - Linear	(1) log Média - mandato	(2) log Ano 1	(3) log Ano 2	(4) log Ano 3	(5) log Ano 4
Coef.	0.1204**	0.0422	0.0875*	0.1208**	-0.0033
Robust p-value	0.031	0.618	0.062	0.027	0.968
Std. Error.	(0.056)	(0.085)	(0.047)	(0.055)	(0.081)
Observações	3,977	3,889	3,885	3,896	2,750
Bandwidth	0.101	0.102	0.0915	0.109	0.101
Eff. Obs. Left	973	949	862	1010	671
Eff. Obs. Right	882	870	805	912	614

Painel (B) - Quadrático	(1) log Média - mandato	(2) log Ano 1	(3) log Ano 2	(4) log Ano 3	(5) log Ano 4
Coef.	0.1311**	0.0484	0.0952*	0.1511**	-0.0359
Robust p-value	0.035	0.628	0.095	0.025	0.668
Std. Error.	(0.062)	(0.100)	(0.052)	(0.067)	(0.084)
Observações	3,977	3,889	3,885	3,896	2,750
Bandwidth	0.170	0.157	0.0980	0.108	0.130
Eff. Obs. Left	1470	1358	925	1002	830
Eff. Obs. Right	1212	1140	849	907	731

Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. Variáveis em log representam o log dos gastos per capita. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calonico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Por sua vez, no segundo e terceiro ano, o resultado encontrado é positivo e consistente nas estimações. Esse fato faz com que a hipótese do orçamento incremental, que mulheres somente executariam um orçamento que previamente já gastava mais na área social, não seja aplicada na estimativa realizada.

Para verificar a consistência desse achado, um segundo teste consiste em manipular os dados e considerar como gastos daquele período eleitoral os montantes do mandato anterior. Por exemplo, no mandato de 2009-2012 consideram-se os gastos de 2005-2008, observando se há alguma descontinuidade. Os resultados são apresentados nas Tabelas 1.10 e 1.11 e não há descontinuidade estatisticamente significativa, o que indica que os gastos sociais ocorrem durante o mandato da prefeita.

Tabela 1.10 - Resultado da eleição de mulheres nas funções orçamentárias - log. per capita – RDD – Variável do mandato anterior

Variáveis	Social	Adm.Geral	Assit. Social	Saúde	Trabalho	Educação	Cultura	Urbanismo	Meio Amb.
Panel (A) - Log. dos gastos per capita - Linear									
Coef.	0.0277	0.0166	-0.0068	0.0269	0.0289	0.0221	0.0435	-0.0941	-0.0209
Robust p-value	0.459	0.789	0.911	0.533	0.833	0.554	0.753	0.422	0.871
Std. Error.	(0.037)	(0.062)	(0.061)	(0.043)	(0.137)	(0.037)	(0.138)	(0.117)	(0.129)
Observações	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857
Bandwidth	0.0808	0.0872	0.101	0.0864	0.0991	0.0875	0.0916	0.118	0.101
Eff. Obs. Left	589	628	715	626	708	630	652	814	713
Eff. Obs. Right	534	569	635	567	626	572	589	715	633
Panel (B) - Log. dos gastos per capita - Quadrático									
Coef.	0.0163	0.0305	-0.0352	0.0248	0.0001	0.0196	0.0169	-0.1452	-0.0541
Robust p-value	0.702	0.674	0.655	0.588	1.000	0.625	0.918	0.408	0.737
Std. Error.	(0.043)	(0.072)	(0.079)	(0.046)	(0.171)	(0.040)	(0.164)	(0.176)	(0.161)
Observações	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857
Bandwidth	0.121	0.121	0.114	0.163	0.123	0.164	0.125	0.107	0.129
Eff. Obs. Left	829	829	802	1043	834	1045	849	756	873
Eff. Obs. Right	726	726	702	840	730	843	740	662	754

Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. Variáveis em log representam o log da média de gastos per capita. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calonico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tabela 1.11 - Resultado da eleição de mulheres nas funções orçamentárias - share – RDD – Variável do mandato anterior

Variáveis	Social	Adm.Geral	Assit. Social	Saúde	Trabalho	Educação	Cultura	Urbanismo	Meio Amb.
Panel (A) – share dos gastos - Linear									
Coef.	0.0044	0.0049	-0.0003	0.0028	0.0014	0.0026	-0.0004	0.0012	-0.0004
Robust p-value	0.601	0.475	0.838	0.618	0.189	0.688	0.775	0.806	0.477
Std. Error.	(0.008)	(0.007)	(0.002)	(0.006)	(0.001)	(0.006)	(0.001)	(0.005)	(0.001)
Observações	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857
Bandwidth	0.0831	0.0964	0.110	0.0862	0.107	0.134	0.0906	0.111	0.0896
Eff. Obs. Left	607	686	779	624	753	896	647	782	639
Eff. Obs. Right	543	613	679	567	660	761	585	683	581
Panel (B) – shares dos gastos - Quadrático									
Coef.	-0.0026	0.0094	-0.0012	0.0022	0.0013	0.0015	-0.0004	-0.0007	-0.0006
Robust p-value	0.806	0.254	0.579	0.747	0.224	0.879	0.763	0.921	0.376
Std. Error.	(0.011)	(0.008)	(0.002)	(0.007)	(0.001)	(0.010)	(0.001)	(0.007)	(0.001)
Observações	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857	2,857
Bandwidth	0.108	0.139	0.134	0.112	0.146	0.119	0.173	0.121	0.111
Eff. Obs. Left	759	936	896	786	964	821	1085	829	782
Eff. Obs. Right	667	781	761	683	800	716	865	726	683

Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calonico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Um outro mecanismo de validação do efeito de prefeituras nos gastos social é efetuar um teste placebo e encontrar algum tipo de despesas que não deve ser, em regra, afetada pelo prefeito da cidade. Por disposição constitucional, os órgãos do Poder Legislativo devem possuir autonomia orçamentária e financeira. Então, a princípio, não deve ocorrer efeito de um prefeito (homem ou mulher) nos gastos deste poder. A Tabela 1.12 traz os resultados no gasto legislativo per capita e em razão do total de despesas. Em todas as especificações não houve resultados estatisticamente significativos, o que indica a robustez dos resultados encontrados. Não obstante, a Tabela 1.13 mostra que o efeito não difere significativamente às diferenças de região - com exceção da Região sul que não encontra resultado - e população.

Tabela 1.12 - Resultado da eleição de mulheres no Poder Legislativo

log. dos gastos per capita					
Painel (A) - Linear	(1) Média	(2) Ano 1	(3) Ano 2	(4) Ano 3	(5) Ano 4
Coef.	0.1013	-0.0692	-0.0060	0.0889	0.1496
Robust p-value	0.324	0.629	0.967	0.546	0.363
Std. Error.	(0.103)	(0.143)	(0.145)	(0.147)	(0.164)
Observações	3,977	3,889	3,885	3,896	2,750
Bandwidth	0.124	0.113	0.0983	0.120	0.140
Eff. Obs. Left	1146	1037	926	1078	887
Eff. Obs. Right	1023	938	850	977	760
Painel (B) - Quadrático	(1) Média	(2) Ano 1	(3) Ano 2	(4) Ano 3	(5) Ano 4
Coef.	0.1538	-0.0827	-0.0173	0.1181	0.0807
Robust p-value	0.304	0.657	0.912	0.557	0.707
Std. Error.	(0.150)	(0.186)	(0.156)	(0.201)	(0.215)
Observações	3,977	3,889	3,885	3,896	2,750
Bandwidth	0.128	0.129	0.173	0.129	0.176
Eff. Obs. Left	1183	1146	1453	1163	1043
Eff. Obs. Right	1044	1026	1196	1025	844

Share das despesas com Legislativo					
Painel (C) - Linear	(1) Média	(2) Ano 1	(3) Ano 2	(4) Ano 3	(5) Ano 4
Coef.	-0.0002	-0.0012	-0.0013	0.0010	-0.0013
Robust p-value	0.859	0.474	0.399	0.484	0.569
Std. Error.	(0.001)	(0.002)	(0.002)	(0.001)	(0.002)
Observações	3,976	3,879	3,884	3,895	2,748
Bandwidth	0.126	0.0846	0.124	0.129	0.0744
Eff. Obs. Left	1166	807	1107	1151	509
Eff. Obs. Right	1040	756	996	1023	472
Painel (D) - Quadrático	(1) Média	(2) Ano 1	(3) Ano 2	(4) Ano 3	(5) Ano 4
Coef.	0.0008	0.0002	0.0009	0.0016	-0.0023
Robust p-value	0.640	0.934	0.642	0.425	0.359
Std. Error.	(0.002)	(0.002)	(0.002)	(0.002)	(0.003)
Observações	3,976	3,879	3,884	3,895	2,748
Bandwidth	0.116	0.105	0.135	0.125	0.127
Eff. Obs. Left	1087	973	1213	1124	812
Eff. Obs. Right	980	885	1046	1005	727

Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. Variáveis em log representam o log da média de gastos per capita. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calonico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Tabela 1.13 - Resultado da eleição de mulheres no share do orçamento em gastos sociais

Painel (A) Região - Linear	Share dos gastos sociais				
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Coef.	0.0250**	0.0217*	-0.0013	0.0263*	0.0226***
Robust p-value	(0.011)	(0.013)	(0.019)	(0.011)	(0.007)
Std. Error.	0.042	0.090	0.946	0.041	0.001
Observações	394	1,622	604	1,005	351

Bandwidth	0.102	0.113	0.0843	0.107	0.151
Eff. Obs. Left	97	479	134	211	115
Eff. Obs. Right	83	406	128	218	90
Ordem. Poli.	1	1	1	1	1
Painel (B) Região - Quadr.	Share dos gastos sociais				
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Coef.	0.0305**	0.0261*	-0.0246	0.0273***	0.0198***
Robust p-value	(0.014)	(0.011)	(0.024)	(0.012)	(0.001)
Std. Error.	0.021	0.071	0.307	0.147	0.397
Observações	394	1,622	604	1,005	351
Bandwidth	0.144	0.139	0.0901	0.135	0.163
Eff. Obs. Left	132	569	140	270	121
Eff. Obs. Right	106	466	135	250	91
Ordem. Poli.	2	2	2	2	2
Painel (C) População - Linear	Share dos gastos sociais				
		x < 25%	25% < x < 50%	50% < x < 75%	75% < x
Coef.		0.012**	0.0306***	0.0221***	0.0394***
Robust p-value		0.031	0.003	0.001	0.003
Std. Error.		(0.07)	(0.010)	(0.009)	(0.013)
Observações		996	990	994	996
Bandwidth		0.106	0.0975	0.120	0.113
Eff. Obs. Left		241	259	300	240
Eff. Obs. Right		245	219	252	219
Ordem. Poli.		1	1	1	1

Nota: Essa tabela apresenta os resultados para a descontinuidade estimada ao redor do cutoff por aproximação polinomial. (i) qtd - representa a média da quantidade de servidores contratados no município; (ii) sal.médio - média remuneratória em salários mínimos. Os erros são robustos. Kernel triangular e Bandwidth selecionado por CER-Optimal (Calónico, Cattaneo e Farrell, 2019). *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

1.5 Conclusão

Este artigo investigou se há efeito de mulheres prefeitas nas finanças públicas dos municípios brasileiros. Os resultados indicaram que não houve efeito nos níveis de equilíbrio fiscal e tamanho total do orçamento. Ao analisar a estrutura das despesas, constatou um aumento no nível de despesas com pessoal sem acréscimo na proporção com a receita corrente líquida. Inspeccionando as funções orçamentárias, verificou que aumentaram os gastos sociais na ordem de 2% no share orçamentário em razão da eleição de prefeitas mulheres. Os efeitos descobertos foram robustos a diversas especificações utilizadas no artigo.

Este artigo trouxe diversas contribuições para a literatura de gênero e finanças pública. O resultado principal do artigo foi em sentido oposto à pesquisas recentes que abordaram esta questão em países desenvolvidos (Geys e Sørensen, 2019; Casarico, Lattanzio e Profeta, 2021; Bagues e Campa, 2021). Além disso, captura mecanismos identificando que o aumento dos gastos sociais ocorre em decorrência da contratação de profissionais de saúde e educação, além do aumento do salário médio.

É oportuno ressaltar, no entanto, algumas limitações. A estrutura de finanças públicas brasileira é pouco flexível e deixa pouco poder para que municípios aumentem o tamanho de forma unilateral. Além disso, diversas interações com o Poder Legislativo moldam o comportamento das prefeituras e, tal fator, não foi explorado nesta pesquisa. Por fim, o passado e background anterior das prefeitas eleitas também não foi abordado. Sugere-se que atualizações posteriores abordem estas questões para identificar novos mecanismos dos resultados encontrados nesta pesquisa.

1.6 Referências Bibliográficas

Aldrich, Andrea S, e Nicholas J Lotito. 2020. “Pandemic Performance: Women Leaders in the COVID-19 Crisis.” *Politics & Gender*, 16(4): 960–967. Publisher: Cambridge University Press.

Alesina, Alberto, e Guido Tabellini. 1987. “Rules and Discretion with Noncoordinated Monetary and Fiscal Policies.” *Economic Inquiry*, 25(4): 619–630. _eprint: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1465-7295.1987.tb00764.x>.

Angrist, Joshua D., e Jörn-Steffen, Pischke. 2008. *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist’s Companion*. Princeton University Press.

Angrist, Joshua D., e Jörn-Steffen, Pischke 2010. “The Credibility Revolution in Empirical Economics: How Better Research Design Is Taking the Con out of Econometrics.” *Journal of Economic Perspectives*, 24(2): 3–30.

Bagues, Manuel, e Pamela Campa. 2021. “Can gender quotas in candidate lists empower women? Evidence from a regression discontinuity design.” *Journal of Public Economics*, 194: 104315.

Baltrunaite, Audinga, Alessandra Casarico, Paola Profeta, e Giulia Savio. 2019. “Let the voters choose women.” *Journal of Public Economics*, 180: 104085.

Baskaran, Thushyanthan, e Zohal Hessami. 2018. “Does the Election of a Female Leader Clear the Way for More Women in Politics?” *American Economic Journal: Economic Policy*, 10(3): 95–121.

Baskaran, Thushyanthan, e Zohal Hessami. 2019. “Competitively Elected Women as Policy Makers.” CESifo CESifo Working Paper Series 8005.

Beaman, Lori, Esther Duflo, Rohini Pande, e Petia Topalova. 2012. “Female Leadership Raises Aspirations and Educational Attainment for Girls: A Policy Experiment in India.” *Science*, 335(6068): 582–586.

Besley, Timothy. 2005. “Political Selection.” *Journal of Economic Perspectives*, 19(3): 43–60.

Besley, Timothy, e Stephen Coate. 1997. “An Economic Model of Representative Democracy.” *The Quarterly Journal of Economics*, 112(1): 85–114.

Bhalotra, Sonia, e Irma Clots-Figueras. 2014. “Health and the Political Agency of Women.” *American Economic Journal: Economic Policy*, 6(2): 164–97.

Bhalotra, Sonia, Irma Clots-Figueras, e Lakshmi Iyer. 2018. “Pathbreakers? Women’s Electoral Success and Future Political Participation.” *The Economic Journal*, 128(613): 1844–1878.

Bowles, Hannah Riley, Linda Babcock, e Kathleen L McGinn. 2005. “Constraints and triggers: situational mechanics of gender in negotiation.” *Journal of personality and social psychology*, 89(6): 951.

Brollo, Fernanda, e Ugo Troiano. 2016. “What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil.” *Journal of Development Economics*, 122: 28–45.

Bruce, Raphael, Aleksandros Cavgias, Luis Meloni, e Mário Remígio. 2022. “Under pressure: Women’s leadership during the COVID-19 crisis.” *Journal of Development Economics*, 102761.

Busse, Matthias, e Carsten Hefeker. 2007. “Political risk, institutions and foreign direct investment.” *European Journal of Political Economy*, 23(2): 397–415.

Calonico, Sebastian, Matias D Cattaneo, e Max H Farrell. 2019. “Optimal bandwidth choice for robust bias-corrected inference in regression discontinuity designs.” *The Econometrics Journal*, 23(2): 192–210.

Calonico, Sebastian, Matias D. Cattaneo, Max H. Farrell, e Rocío Titiunik. 2019. “Regression Discontinuity Designs Using Covariates.” *The Review of Economics and Statistics*, 101(3): 442–451.

Casarico, Alessandra, Salvatore Lattanzio, e Paola Profeta. 2021. “Women and local public finance.” *European Journal of Political Economy*, 102096.

Cattaneo, Matias D., Michael Jansson, e Xinwei Ma. 2020. “Simple Local Polynomial Density Estimators.” *Journal of the American Statistical Association*, 115(531): 1449–1455.

Cattaneo, Matias D., Nicolás Idrobo, e Rocío Titiunik. 2020. *A Practical Introduction to Regression Discontinuity Designs: Foundations. Elements in Quantitative and Computational Methods for the Social Sciences*, Cambridge University Press.

Chattopadhyay, Raghavendra, e Esther Duflo. 2004. “Women as Policy Makers: Evidence from a Randomized Policy Experiment in India.” *Econometrica*, 72(5): 1409–1443.

Clots-Figueras, Irma. 2011. “Women in politics: Evidence from the Indian States.” *Journal of Public Economics*, 95(7): 664–690.

Clots-Figueras, Irma. 2012. “Are Female Leaders Good for Education? Evidence from India.” *American Economic Journal: Applied Economics*, 4(1): 212–44. **Cunningham, Scott.** 2021. *Causal Inference: The Mixtape*. Yale University Press.

de la Cuesta, Brandon, e Kosuke Imai. 2016. “Misunderstandings About the Regression Discontinuity Design in the Study of Close Elections.” *Annual Review of Political Science*, 19(1): 375–396.

Detraz, Nicole, e Dursun Peksen. 2018. ““Women Friendly” Spending? Welfare Spending and Women’s Participation in the Economy and Politics.” *Politics and Gender*, 14(2): 137–161.

Dollar, David, Raymond Fisman, e Roberta Gatti. 2001. “Are women really the “fairer” sex? Corruption and women in government.” *Journal of Economic Behavior and Organization*, 46(4): 423–429.

Downs, Anthony. 1957. “An Economic Theory of Political Action in a Democracy.” *Journal of Political Economy*, 65(2): 135–150.

Eggers, Andrew C., Ronny Freier, Veronica Grembi, e Tommaso Nannicini. 2018. “Regression Discontinuity Designs Based on Population Thresholds: Pitfalls and Solutions.” *American Journal of Political Science*, 62(1): 210–229.

Ferreira, Fernando, e Joseph Gyourko. 2014. “Does gender matter for political leadership? The case of U.S. mayors.” *Journal of Public Economics*, 112: 24–39.

Fox, Richard L., e Jennifer L. Lawless. 2004. “Entering the Arena? Gender and the Decision to Run for Office.” *American Journal of Political Science*, 48(2): 264–280.

Fujiwara, Thomas. 2011. “A Regression Discontinuity Test of Strategic Voting and Duverger’s Law.” *Quarterly Journal of Political Science*, 6(3–4): 197–233.

Funk, Patricia, e Christina Gathmann. 2014. “Gender gaps in policy making: evidence from direct democracy in Switzerland.” *Economic Policy*, 30(81): 141–181.

Garikipati, Supriya, e Uma Kambhampati. 2021. “Leading the Fight Against the Pandemic: Does Gender Really Matter?” *Feminist Economics*, 27(1-2): 401–418.

Geys, Benny, e Rune J. Sørensen. 2019. “The impact of women above the political glass ceiling: Evidence from a Norwegian executive gender quota reform.” *Electoral Studies*, 60: 102050.

Gilardi, Fabrizio. 2015. “The Temporary Importance of Role Models for Women’s Political Representation.” *American Journal of Political Science*, 59(4): 957–970.

Gonzalez-Eiras, Martín, e Carlos Sanz. 2021. “Women representation in politics: The effect of electoral systems.” *Journal of Public Economics*, 198: 104399.

Gonzalez, Robert M. 2021. “Cell Phone Access and Election Fraud: Evidence from a Spatial Regression Discontinuity Design in Afghanistan.” *American Economic Journal: Applied Economics*, 13(2): 1–51.

Gouvêa, Raphael, e Daniele Girardi. 2021. “Partisanship and local fiscal policy: Evidence from Brazilian cities.” *Journal of Development Economics*, 150: 102637.

Gummerson, Elizabeth, e Daniel Schneider. 2012. “Eat, Drink, Man, Woman: Gender, IncomeShareandHouseholdExpenditureinSouthAfrica.” *Social Forces*, 91(3):813–836.

Hahn, Jinyong, Petra Todd, e Wilbert Van der Klaauw. 2001. “Identification and Estimation of Treatment Effects with a Regression-Discontinuity Design.” *Econometrica*, 69(1): 201–209.

Hessami, Zohal, e Mariana Lopes da Fonseca. 2020. “Female political representation and substantive effects on policies: A literature review.” *European Journal of Political Economy*, 63: 101896.

Hyytinen, Ari, Jaakko Meriläinen, Tuukka Saarimaa, Otto Toivanen, e Janne Tukiainen. 2018. “When does regression discontinuity design work? Evidence from random election outcomes.” *Quantitative Economics*, 9(2): 1019–1051.

Júlio, Paulo, e José Tavares. 2017. “The Good, the Bad and the Different: Can Gender Quotas Raise the Quality of Politicians?” *Economica*, 84(335): 454–479.

Kumar, Jha Chandan, e Sudipta Sarangi. 2018. “Women and corruption: What positions must they hold to make a difference?” *Journal of Economic Behavior and Organization*, 151: 219–233.

Kunovich, Sheri, e Pamela Paxton. 2005. “Pathways to Power: The Role of Political Parties in Women’s National Political Representation.” *American Journal of Sociology*, 111(2): 505–552.

Lee, David S., Enrico Moretti, e Matthew J. Butler. 2004. “Do Voters Affect or Elect Policies? Evidence from the U. S. House*.” *The Quarterly Journal of Economics*, 119(3): 807– 859.

Lippmann, Quentin. 2020. “Gender and Lawmaking in Times of Quotas.” Available at SSRN 3330617.

McCrary, Justin. 2008. “Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test.” *Journal of Econometrics*, 142(2): 698–714. *The regression discontinuity design: Theory and applications.*

Meyersson, Erik. 2014. “Islamic Rule and the Empowerment of the Poor and Pious.” *Econometrica*, 82(1): 229–269.

Persson, Torsten, Gérard Roland, e Guido Tabellini. 2000. “Comparative Politics and Public Finance.” *Journal of Political Economy*, 108(6): 1121–1161.

Preston, Ian. 2014. “The Effect of Immigration on Public Finances.” *The Economic Journal*, 124(580): F569–F592.

Rocha, Fabiana, Veronica Ines Fernandez Orellano, e Karina Bugarin. 2018. “Electedina close race: Mayor’s characteristics and local public finances.” *EconomiA*, 19(2): 149–163.

Schwindt-Bayer, Leslie A. 2010. “Comparison and Integration: A Path toward a Comparative Politics of Gender.” *Perspectives on Politics*, 8(1): 177–182.

Sergent, Kayla, e Alexander D. Stajkovic. 2020. “Women’s leadership is associated with fewer deaths during the COVID-19 crisis: Quantitative and qualitative analyses of United States governors.” *The Journal of applied psychology*, 105(8): 771–783. Place: United States.

SOE. 2020. “Manual Técnico de Orçamento - MTO - 14ª Edição - Secretaria de Orçamento Federal.” [Online; accessed 25-novembro-2020].

Stevens, Anne. 2007. *Women, power and politics.* Palgrave Macmillan.

Swamy, Anand, Stephen Knack, Young Lee, e Omar Azfar. 2001. “Gender and corruption.” *Journal of Development Economics*, 64(1): 25–55.